

GESTÃO DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO AMAZÔNICO: INTEGRAÇÃO ENTRE SABERES TRADICIONAIS, INOVAÇÃO DIGITAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

KNOWLEDGE MANAGEMENT IN THE AMAZON REGION: INTEGRATING TRADITIONAL KNOWLEDGE, DIGITAL INNOVATION, AND PUBLIC POLICIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

GESTIÓN DEL CONOCIMIENTO EN EL CONTEXTO AMAZÓNICO: INTEGRACIÓN ENTRE CONOCIMIENTOS TRADICIONALES, INNOVACIÓN DIGITAL Y POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-130>

Data de submissão: 12/11/2025

Data de publicação: 12/12/2025

Fabricio Ziviani

Doutor em Ciência da Informação

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Católica de Brasília

E-mail: fazist@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2705-846X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1283869098677703>

Willey Roney Oliveira Motta da Cunha

Mestrando Gestão e Organização do Conhecimento

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: willeymotta@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-1829-6619>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9886442887361808>

Christiane de Miranda e Silva Correia

Doutora em Administração

Instituição: Faculdade de Políticas Públicas e Gestão de Negócios - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

E-mail: christiane.correia@uemg.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7206-3360>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6215117920527059>

Silvana Alves de Oliveira

Mestra em Administração

Instituição: Unihorizontes, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

E-mail: silvanaoliveira@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0862-186X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6946487873864048>

Deysiane Farias Pontes
Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação
Instituição: Universidade de Brasília (UNB), Marista Brasil
E-mail: deysianepontes@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0204-8676>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3283456381702088>

Flávio Medeiros Mariz
Mestrando Governança, Tecnologia e Inovação
Instituição: Universidade Católica de Brasília (UCB), Marista Brasil
E-mail: flaviomariz@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-3648-5788>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4167277598224480>

Karina Dutra de Carvalho Lemos
Doutora em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento
Instituição: FUMEC, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) - Campus São João Evangelista
E-mail: karina.dutra@ifmg.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6250-962X>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9520732903215220>

Marcos Tadeu Simões Piacentini
Doutor em Administração
Instituição: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
E-mail: marcos.piacentini@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7940-5796>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3305687035801470>

Helton Junio da Silva
Doutor em Sistema de Informação e Gestão do Conhecimento
Instituição: FUMEC, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS)
E-mail: heltonjunio@yahoo.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4200-298X>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9606334761442740>

Alexandre Leonardo Simões Piacentini
Doutor em Administração
Instituição: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
E-mail: piacentini@unir.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3343-0686>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0576992124235575>

Ademilson de Assis Dias

Doutor em Ciência Animal

Instituição: Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: Ademilson.dias@unir.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9035-6075>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6971281205905470>

Nery Adamy Neto

Mestre em Ciência da Educação

Instituição: Universidad Evangélica del Paraguay, Clínica Domus Natal

E-mail: neryadamy@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4965-1245>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5319429945529467>

Samuel Novais Moura Júnior

Mestrando em Gestão, Tecnologia e Inovação

Instituição: Universidade Católica de Brasília (UCB)

E-mail: samucamj@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8638-9120>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3585218672703588>

Renato Augusto da Silva

Mestre em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação

Instituição: Universidade Católica de Brasília (UCB), Marista Brasil

E-mail: renato.fms@pmbcn.org.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-3872-9311>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9716188880045575>

RESUMO

A Gestão do Conhecimento (GC) tem se consolidado como uma abordagem estratégica para o desenvolvimento sustentável e a inovação em diversos contextos regionais. Na Amazônia, território caracterizado por vasta biodiversidade e complexidade sociocultural, a GC assume papel crucial para integrar saberes tradicionais e científicos, promover a conservação ambiental e estimular o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Este artigo discute os desafios e oportunidades da GC na Amazônia, abordando as interfaces entre ciência, tecnologia, políticas públicas e comunidades locais. Portanto, este estudo busca compreender como a GC pode ser aplicada para preservar, sistematizar e valorizar os saberes tradicionais da Amazônia, promovendo inovação com foco no desenvolvimento sustentável. Busca identificar as práticas de co-construção de conhecimento, os desafios de inclusão dos povos indígenas e comunidades locais, e as implicações políticas e institucionais para governança territorial e ambiental. A metodologia combina revisão bibliométrica, entrevistas com pesquisadores de GC no contexto amazônico, relatórios governamentais, trajetória de grupos de pesquisa e análise de produção científica sobre GC no contexto amazônico. Como resultados, destaca-se a necessidade de modelos conceituais participativos, transparência na governança de dados e institucionalização de canais de diálogo inclusivos. Aponta ainda recomendações para políticas públicas e para práticas de pesquisa.

Palavras-chave: GC. Amazônia. Inovação. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

Knowledge Management (KM) has increasingly consolidated as a strategic approach to sustainable development and innovation across regional contexts. In the Amazon region, characterized by vast biodiversity and sociocultural complexity, KM plays a crucial role in integrating traditional and scientific knowledge, promoting environmental conservation, and fostering sustainable socioeconomic development. This article discusses key challenges and opportunities for KM in Amazonia, focusing on the interfaces among science, technology, public policy, and local communities. Accordingly, the study examines how KM can be applied to preserve, systematize, and valorize Amazonian traditional knowledge while promoting innovation oriented toward sustainable development. It also identifies knowledge co-construction practices, challenges related to the inclusion of Indigenous peoples and local communities, and the political and institutional implications for territorial and environmental governance. The methodology combines a bibliometric review, interviews with KM researchers working in Amazonian contexts, government reports, an analysis of the trajectories of research groups, and a review of the scientific literature on KM in Amazonia. The results highlight the need for participatory conceptual models, transparency in data governance, and the institutionalization of inclusive dialogue channels. Recommendations are also presented for public policy and research practice.

Keywords: Knowledge Management. Amazon Region. Innovation. Sustainable Development Goals. Regional Development.

RESUMEN

La Gestión del Conocimiento (GC) se ha consolidado como un enfoque estratégico para el desarrollo sostenible y la innovación en diversos contextos regionales. En la Amazonía, un territorio caracterizado por una vasta biodiversidad y complejidad sociocultural, la GC desempeña un papel crucial en la integración de conocimientos tradicionales y científicos, la promoción de la conservación ambiental y el impulso del desarrollo socioeconómico sostenible. Este artículo analiza los desafíos y las oportunidades de la GC en la Amazonía, abordando las interfaces entre ciencia, tecnología, políticas públicas y comunidades locales. Por lo tanto, el estudio examina cómo la gestión del conocimiento puede aplicarse para preservar, sistematizar y valorar los conocimientos tradicionales amazónicos, promoviendo la innovación orientada al desarrollo sostenible. Además, identifica prácticas de co-construcción del conocimiento, desafíos para la inclusión de pueblos indígenas y comunidades locales, y implicaciones políticas e institucionales para la gobernanza territorial y ambiental. La metodología combina revisión bibliométrica, entrevistas con investigadores en GC en el contexto amazónico, informes gubernamentales, análisis de la trayectoria de grupos de investigación y revisión de la producción científica sobre GC en la Amazonía. Como resultados, se destaca la necesidad de modelos conceptuales participativos, transparencia en la gobernanza de datos e institucionalización de canales de diálogo inclusivos. También se formulan recomendaciones para políticas públicas y prácticas de investigación.

Palabras clave: Gestión del Conocimiento. Amazonía. Innovación. Objetivos de Desarrollo Sostenible. Desarrollo Regional.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, reconhecida mundialmente por sua vasta biodiversidade e diversidade cultural, enfrenta desafios socioambientais complexos que exigem soluções inovadoras e integradas (Fearnside, 2018; Barlow, 2018; Artaxo, 2021). Nesse contexto, a GC surge como uma ferramenta estratégica para organizar, compartilhar e aplicar o conhecimento disponível, promovendo tanto o desenvolvimento econômico, a inovação e a sustentabilidade ambiental (Nonaka; Takeuchi, 1997; Rezende, 2017; Oliveira; Santos; Martins, 2022)

O contexto amazônico enfrenta desafios ambientais severos como desmatamento e pressão econômica o que requer estratégias integradas de manejo e políticas públicas conjuntas entre diferentes entes governamentais segundo estudos de Fearnside (2005) e Ferreira, Venticinque; Almeida (2010). No mesmo sentido, Barlow (2018), demonstra a relevância global da biodiversidade amazônica e os desafios crescentes decorrentes de fatores humanos, expansão agrícola, mineração e mudanças climáticas. Fica evidente que os desafios amazônicos só podem ser enfrentados com abordagens integradas, envolvendo ciência, comunidades, indústrias e políticas públicas (Brondizio, 2018; Almeida; Szwarcwald, 2020).

O estudo de Brondízio; Moran (2012) evidencia a diversidade cultural e a necessidade de integrar conhecimento científico e tradicional em soluções socioambientais. Deve-se ressaltar a importância da diversidade cultural e histórica dos povos amazônicos e seu papel no manejo ecológico da região (Clement, 2015). Assim, torna-se relevante a implantação da necessidade de ações coordenadas e transdisciplinares para enfrentar desafios socioambientais complexos conforme destaca Nascimento (2015) e Artaxo (2021).

Neste sentido, o contexto amazônico, por apresentar características únicas e peculiares, enfrenta desafios complexos que exigem abordagens inovadoras para promover o desenvolvimento sustentável (Brondízio; *et al.*, 2016; Silva; *et al.*, 2017; Fleury, Lobato; Dantas, 2019). Assim, GC e sua fundamentação em uma ciência interdisciplinar que perpassa por diferentes áreas científicas, passa a ser uma estratégia para integrar saberes dos povos originários tradicionais, avanços no conhecimento científico com foco em sustentabilidade, promover o avanço tecnológico regional e proporcionar oportunidades de inovação no ecossistema industrial (Bentes-Gama, 2012; Fonseca; Zaninelli, 2024; Castanha, 2025), fortalecendo a governança local e impulsionando soluções adaptativas frente às mudanças climáticas e pressões socioambientais, melhorando o desempenho da indústria e promovendo impacto na sociedade (Lima; Pozzobon, 2005; Silva, 2017; Mello-Théry; Fearnside, 2020)

Deve-se considerar que a Amazônia é uma das regiões mais ricas em biodiversidade e diversidade cultural do planeta, desempenhando papel essencial na regulação climática global e na preservação de recursos naturais estratégicos (Lima; Pozzobon, 2005; Matos, Barroso Tenazor; Lopes, 2022). Entretanto, enfrenta desafios históricos relacionados à exploração predatória, desigualdades sociais e falta de integração entre conhecimento científico, tecnológico e tradicional (Brondízio; Moran, 2012; Santos; Costa, 2021). Relevante evidenciar e destacar que a Amazônia brasileira é um espaço complexo de produção, circulação e apropriação de conhecimentos, sejam eles científicos, tecnológicos, comunitários, sociais, indígenas, econômicos e ancestrais (Fernandes; *et al.*, 2025; Magalhães, 2025). Esses saberes coexistem em um território marcado por assimetrias estruturais e por intensa diversidade sociocultural e imaterial (Miranda; Schwaninger; Lucena, 2023). Pode-se afirmar que trata-se essencialmente compartilhamento de conhecimento tácito, passado de geração para geração ou entre sujeitos escolhidos pelos líderes, portanto existe um desafio a construção de conhecimento coletivo (Chaves, Barbosa; Clement, 2018; Santos, *et al.*, 2023).

A noção de GC, originalmente desenvolvida no campo empresarial e organizacional (Nonaka; Takeuchi, 1997), tem sido gradualmente reinterpretada para contextos de desenvolvimento territorial, conservação ambiental e inovação social (Müller, 2024; Fonseca, 2024). Percebe-se que existe um movimento ainda embrionário para transformar estes conhecimentos tácitos em explícitos. Neste sentido a pesquisa científica e a GC tem muito a contribuir para o desenvolvimento sustentável da região amazônica (Arruda Filho, 2019; Fonseca; Zaninelli, 2024; Castanha, 2025)

Nesse contexto, a GC emerge como instrumento de integração e valorização dos saberes locais, capazes de orientar políticas públicas e práticas inovadoras sustentáveis (Ribeiro; Leite, 2021; Santos, *et al.*, 2023).

Contudo a GC pode contribuir significativamente para a construção de um modelo de desenvolvimento amazônico baseado em conhecimento, inovação e sustentabilidade conforme descrito nos estudos de Bentes-Gama, (2012); Silva, (2017) e Fleury, Lobato; Dantas (2019). Essa abordagem implica reconhecer a pluralidade de atores como universidades, centros de pesquisa, comunidades indígenas, os povos originários, instituições governamentais e empresas articulando processos de criação, compartilhamento e aplicação de conhecimento voltados à realidade amazônica (Freire; Lima, 2020; Fonseca; Zaninelli, 2024; Castanha, 2025).

O presente estudo justifica-se em função da integração entre diferentes formas de conhecimento sendo essencial para fortalecer políticas públicas, estratégias de inovação e mecanismos de governança socioambiental na busca de proteger, preservar e buscar um plano de desenvolvimento sustentável (Freire; Lima, 2020; Mello-Théry; Fearnside, 2020; Santos; Costa,

2021). Outro ponto relevante que justifica o estudo é que a Amazônia, com sua imensurável diversidade ambiental e sociocultural, constitui um dos mais complexos ecossistemas de conhecimento do planeta (Margulis, 2003; Porto-Gonçalves, 2006; Clement, 2015; Barlow, 2018).

Nesse contexto, a GC assume papel estratégico ao integrar saberes científicos, tecnológicos e tradicionais em prol do desenvolvimento sustentável e da inovação social (Leite; Marly 2019; Geraldo; Pinto, 2019; Silva,; Bittencourt, 2021; Geraldo, Pinto; Duarte, 2022; Barbalho, *et al.*, 2023). As produções recentes sobre o tema destacam a importância de se pensar a GC na Amazônia a partir de abordagens colaborativas, interdisciplinares e territorialmente situadas (Ribeiro; Leite, 2021; Magalhães, 2025).

Algumas pesquisas científicas iniciais no contexto amazônico tratam sobre o tema GC na Amazônia legal são caracterizados por um campo de estudo multidisciplinar e interdisciplinar que abrange desde práticas organizacionais até saberes tradicionais indígenas (Leite; Marly 2019; Silva; Bittencourt, 2021 Barbalho, Inomata; Fernandes, 2021; Geraldo; Pinto; Duarte, 2022; Yanai, *et al.*, 2024).

São recentes os estudos sobre a temática GC no contexto amazônico e na região norte do Brasil. No estudo de Brito, *et al.*, (2016) foi elaborado um estudo na qual analisa como as cooperativas de crédito na Amazônia aplicam práticas de GC, considerando as especificidades culturais e regionais.

O estudo de Souza, Barros e Gomes (2020) desenvolveu um estudo bibliométrico que analisa os trabalhos publicados sobre GC em bibliotecas universitárias na Amazônia, utilizando a base de dados Web of Science. O estudo de Fonseca (2024), explorou iniciativas de modelos conceituais de GC indígena no âmbito da Ciência da Informação, destacando práticas tradicionais e sua aplicação contemporânea (Leite; Marly 2019; Silva; Bittencourt, 2021 Barbalho; Inomata; Fernandes, 2021).

Desta forma, não foram localizados estudos que conectam a GC ao desenvolvimento sustentável, preservação, sistematização e valorização dos saberes tradicionais da Amazônia pautados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) (Leite; Marly 2019; Silva; Bittencourt, 2021 Barbalho; Inomata; Fernandes, 2021; Geraldo; Pinto; Duarte, 2022; Fonseca, Zaninelli; Simonetti, 2024).

Questão relevante e inovadora reforça que a GC no contexto amazônico é considerado um campo interdisciplinar que busca promover a criação, o compartilhamento e a aplicação eficiente de saberes nas organizações e comunidades (Davenport; Prusak, 1998). No contexto amazônico, entretanto, o conhecimento não se limita à produção científica ou tecnológica, mas inclui saberes tradicionais enraizados em práticas culturais, espirituais e ecológicas (Fleury; Lobato; Dantas, 2019; Barreto; Freitas, 2020; Arreto; Brasil, 2021; Fonseca; Zaninelli; Simonetti, 2024). Esses saberes são

transmitidos oralmente, sustentando modos de vida e estratégias de manejo sustentável que resistem há séculos (Diegues, 2000).

Nessa perspectiva, a Amazônia constitui um ecossistema informacional híbrido, na qual saberes tradicionais e sistemas científicos coexistem e, em muitos casos, se tensionam. A GC na região não se limita à transferência tecnológica ou à digitalização de dados, mas envolve a valorização de práticas locais, a governança da informação e a integração de atores diversos como indígenas, comunidades ribeirinhas, universidades, órgãos públicos e empresas e organizações sociais (Barreto; Freitas, 2020; Castro, Lima; Zucarelli, 2021; Arreto; Brasil, 2021; Barbalho; Inomata; Fernandes, 2021).

A Amazônia, enquanto território de biodiversidade e pluralidade sociocultural, apresenta desafios e oportunidades singulares para a GC (Santos, *et al.*, 2023; Fonseca; Zaninelli, 2024; Castanha, 2025). A integração entre GC e saberes tradicionais torna-se, portanto, uma questão estratégica e ética. Reconhecer esses conhecimentos como formas legítimas de produção científica amplia a noção de inovação, favorecendo o diálogo intercultural e a sustentabilidade (Santos, 2007; Ribeiro; Leite, 2021; Fernandes, *et al.*, 2025; Magalhães, 2025). Assim, este artigo busca compreender como a GC pode ser aplicada para preservar, sistematizar e valorizar os saberes tradicionais da Amazônia promovendo inovações com foco no desenvolvimento sustentável sem descontextualizá-los ou reduzi-los a meros dados científicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O aporte teórico deste estudo está estruturado e interrelacionado no diálogo de autores clássicos e contemporâneos. Ao estruturar a fundamentação teórica do estudo ficou compreendido que seria inovador apresentar no texto a relevância teórica e científica estabelecendo a interlocução de artigos nacionais e internacionais dada a complexidade do *locus* de estudo, o contexto amazônico.

Assim, o referencial teórico está estruturado em quatro capítulos. O primeiro trata dos fundamentos e diferentes abordagens da GC. O segundo capítulo aborda a GC no contexto amazônico, discutindo as suas diferentes características. O terceiro capítulo aborda a Amazônia como um ecossistema de saberes discutindo as suas dimensões socioculturais, ambientais e epistemológicas. O quarto capítulo articula a GC integrada aos saberes tradicionais dialogando com a inovação digital.

2.1 GC: FUNDAMENTOS, ABORDAGENS E EVOLUÇÃO CONCEITUAL

A GC consolidou-se, ao longo das últimas três décadas, como um dos pilares da competitividade organizacional, da inovação e da sustentabilidade informacional (Angeloni, 2008; Terra, 2013; Barbosa; Schneider, 2015; Batista; Quandt, 2016; Pereira; Angeloni, 2020; Geraldo; Pinto; Duarte, 2022).

No contexto brasileiro, o campo de estudos em GC assumiu características próprias, influenciado pela diversidade institucional, pela agenda de inovação pública, pela emergência de tecnologias digitais e pelos desafios impostos por territórios complexos como a Amazônia (Rosenberg; Ohayon; Batista, 2008; Alfenas, *et al.*, 2021; Mota; Fernandes; Anjos, 2021; Müller; *et al.*, 2024). Assim, a GC no Brasil desenvolveu características próprias, especialmente no âmbito público, devido à diversidade institucional, à adoção de agenda de inovação governamental e às particularidades territoriais (Pinheiro; Araújo, 2023; Costa; Almeida, 2023; Pacheco; Yamaguchi; Madeira, 2023).

Estudos nacionais mostram que a GC no setor público ainda está em fase de consolidação e demanda adaptações contextuais segundo estudos de Santos, (2022) e Cunha; Meirelles, (2022). O estudo de Alfenas *et al.* (2021) que realizaram uma revisão da literatura de 2008–2017 concluiu que as organizações públicas brasileiras precisam estabelecer modelos específicos de GC adaptadas a sua realidade. Conclusões de estudos científicos mais recentes avançam para considerar etapas de GC adaptadas a realidades regionais complexas, como na Amazônia e na região Nordeste de acordo com Pacheco, Yamaguchi; Madeira, (2023) e de Müller, *et al.*, (2024).

No contexto brasileiro a GC tem sido pesquisada e discutida em diferentes áreas como na Ciência da Informação, Administração, Engenharia da Produção, Sistemas de Informação, Gestão de Pessoas e Estudos Organizacionais de acordo com Ziviani, *et al.*, (2025). Desta forma, a temática de GC passa a ser relevante ao relacioná-la a políticas de acesso aberto, governança de dados, repositórios digitais, inovação social e saberes tradicionais (Barbalho, 2022; Tartarotti; 2023). Ao mesmo tempo, estudos internacionais reforçam a centralidade dos fluxos de conhecimento como mecanismos essenciais para aprendizado contínuo, renovação estratégica e construção de capacidades dinâmicas (Wiig, 1997; Davenport; Prusak, 1998).

A GC no campo científico tem sido discutida nas universidades, empresas públicas e privadas, entidades governamentais e organizações sociais como um campo interdisciplinar (Ziviani; Corrêa; Muylder, 2019; Faria; Costa, 2020). Sua evolução está diretamente ligada à transformação do conhecimento em recurso econômico central, como enfatizado por Drucker (1993, p.83), ao afirmar que “o conhecimento tornou-se o principal recurso econômico das organizações modernas”.

Desta forma, a GC consolida-se como campo da ciência sendo uma das áreas estratégicas para organizações públicas, privadas, acadêmicas e comunitárias no século XXI (Francini, 2002; Souza; Corrêa, 2018; Silva; Menezes, 2013; Fialho; Barbosa; Santos, 2018). Inserida em um contexto global de transformações digitais, intensificação dos fluxos informacionais e valorização crescente dos ativos intangíveis, a GC se tornou fundamental para a inovação, melhoria de processos, competitividade e tomada de decisão (Batista; Quandt, 2016; Rezende, 2017; Oliveira; Santos, 2022).

Autores clássicos do campo da GC como Nonaka; Takeuchi (1997) afirmam que, nas sociedades contemporâneas, o conhecimento constitui a base das economias, representando o principal recurso estratégico das organizações. Assim, “a capacidade de criar conhecimento, disseminá-lo e incorporá-lo a produtos, serviços e sistemas é a fonte mais importante de vantagem competitiva” (Nonaka; Takeuchi, 1997, p. 13).

Neste sentido, Batista e Quandt (2016), argumentam que a GC torna-se essencial para a inovação e para a competitividade organizacional ao permitir que a informação seja sistematizada e transformada em ação (Ziviani; et al, 2025; Correa; et al., 2025). Terra (2019) argumenta que as práticas de GC fortalecem ambientes colaborativos e contribuem para a criação de valor público e social.

No cenário contemporâneo, caracterizado por dinâmicas de inovação contínua, avanços tecnológicos e crescente complexidade organizacional, a GC passa a ser considerada um elemento estratégico para a criação de valor, sustentação da competitividade e promoção da aprendizagem contínua (Correa; et al., 2025; Ziviani; et al., 2024). Davenport e Prusak (1998, p. 5) acrescentam que o conhecimento é “uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight especializado”.

No Brasil, o debate sobre GC é ampliado a partir dos anos 2000, quando autores como Fleury e Fleury (2000), Batista (2004), Valentim (2004) e Terra (2005), passaram a articular teorias internacionais com a realidade das organizações locais. Terra (2005) observa que a GC no país precisa considerar as especificidades culturais, institucionais e estruturais, especialmente em ambientes organizacionais marcados por desigualdades, descontinuidade de políticas e falta de integração informacional.

Ainda dentro do contexto brasileiro estudos como os de Angeloni (2008) e Batista; Quandt (2016) indicam que a adoção de práticas de GC cresce progressivamente, embora ainda enfrente limitações estruturais, culturais e gerenciais. Angeloni (2008, p. 27) destaca que “as organizações brasileiras ainda estão amadurecendo seus processos de GC”, ressaltando a necessidade de consolidação de políticas de incentivo, estruturas de aprendizagem e reconhecimento institucional. A

crescente digitalização trouxe novos desafios e oportunidades para fortalecimento da GC no contexto amazônico (Stradioto; Frazzon, 2023; Silva; Lima; Silva, 2025).

Davenport; Prusak (1998) destacam que o volume crescente de dados e informações não necessariamente se traduz em conhecimento útil: é preciso interpretar, contextualizar, validar e aplicar essas informações. A GC surge exatamente como um campo capaz de transformar dados dispersos em conhecimento estratégico, favorecendo aprendizado organizacional, melhoria contínua e capacidade adaptativa (Sá, *et al.*, 2018; Belinski; Martins, 2020; Klein; Azevedo; Silva, 2021).

Dessa forma, compreender o conhecimento não apenas como insumo, mas como processo dinâmico, torna-se fundamental para o entendimento da GC, sendo o conhecimento o recurso mais relevante para as organizações (Gonzalez; Martins, 2017; Pereira; Macieira, 2020; Ziviani; *et al.*, 2025). Nonaka e Takeuchi (1995) defendem que o conhecimento organizacional resulta da interação contínua entre dimensões tácitas e explícitas, operando em um processo cílico e espiral capaz de promover inovação. Para os autores, “o conhecimento é criado em um processo espiral, que se expande tanto em nível individual quanto coletivo” (Nonaka; Takeuchi, 1995, p. 25).

Wiig (1997) reforça essa concepção ao argumentar que a GC envolve práticas sistemáticas destinadas a identificar, construir e aplicar conhecimento de forma a melhorar a performance organizacional. Em sua perspectiva, “a GC existe para assegurar que a organização possa agir de forma inteligente” (Wiig, 1997, p. 92), revelando o caráter estratégico desse campo.

No panorama internacional, Yu; *et al.*, (2022) e Pereira (2025), sustentam que a GC deve ser compreendida como fenômeno multidimensional, envolvendo tecnologia, estruturas sociais e processos cognitivos. Segundo as autoras, o conhecimento é um ativo intangível cuja efetividade depende principalmente de mecanismos de compartilhamento, cultura colaborativa e sistemas adequados.

Para contextualizar este estudo torna-se necessário definir GC. Portanto, a GC constitui um conjunto organizado e intencional de processos para criar, capturar, sistematizar, compartilhar e aplicar o conhecimento, sejam tácito ou explícito, nas organizações e instituições científicas, com o propósito de transformar saberes internos em ativos estratégicos que promovam inovação, aprendizagem organizacional, preservação institucional e vantagem competitiva (Silva, 2004; Leite; Costa, 2007; Mota; Kobashi; Bettencourt; Cianconi, 2012; Correa, *et al.*, 2024; Ziviani; *et al.*, 2025a).

O quadro 1 apresenta a definição de GC discutida por diferentes autores clássicos e contemporâneos e elucida o conceito de GC para este estudo.

Quadro 1 - Definições de GC

Autor(es)	Ano	Definição / Aproximação de GC
Nonaka; Takeuchi	1997	GC como “processo de criação contínua de novos conhecimentos, disseminando-os amplamente pela organização e incorporando-os rapidamente em novos produtos/serviços, tecnologias e sistemas”.
Davenport; Prusak	1998	GC é a “coleção de processos que objetivam governar a criação, disseminação e uso do conhecimento para atingir os objetivos organizacionais”.
Sveiby	2000	GC entendida como a “arte de criar valor a partir da alavancagem dos ativos intangíveis de uma organização”, envolvendo estrutura interna/externa e competência dos empregados.
Choo	2006	A GC envolve processos de criação de conhecimento, geração de significado e tomada de decisão — ou seja, além de manipular informação, o enfoque está em como a organização gera sentido e decide com base no conhecimento.
Valentim	2008	GC é um conjunto de atividades que visa trabalhar a cultura organizacional / informacional e a comunicação institucional para propiciar ambiente favorável à geração, aquisição, compartilhamento e uso de conhecimento. Enfoca transformar conhecimento tácito em explícito para subsidiar ideias, solução de problemas e tomada de decisão organizacional.
Corrêa, Ziviani; Muylder	2019	Propõem uma “abordagem holística” para GC, destacando que os modelos existentes são parcimoniosos e sugerindo que uma GC eficaz deve considerar múltiplas dimensões da organização (pessoas, processos, cultura, tecnologia etc.).

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

A literatura apresenta uma diversidade de definições de GC: com abordagens mais centradas em processos, captura e uso do conhecimento conforme Davenport; Prusak (1998) e Sveiby (2000). Constatase também que modelos integrados/holísticos (Corrêa, Ziviani; Muylder, 2019) valorizam cultura, tecnologia, estrutura e pessoas simultaneamente. A abordagem holística de Corrêa, Ziviani; Muylder (2019) pode servir como referencial moderno e sistêmico, especialmente se seu estudo aborda GC em empresas/organizações que lidam com sustentabilidade, inovação e tecnologia verde focado em áreas que exigem integração entre processos, pessoas e tecnologia.

Para Nonaka; Takeuchi (1997, p. 83), “o conhecimento é criado por meio da interação contínua entre o conhecimento tácito e o explícito”, articulada no modelo SECI, que se tornou referência mundial. Davenport; Prusak (1998) reforçam que o conhecimento é um recurso estratégico, afirmando que “o conhecimento valioso deriva da experiência, da interpretação e da reflexão” (Davenport; Prusak, 1998, p. 5).

Além do contexto corporativo, a GC também pode ser aplicada ao ambiente acadêmico e da pesquisa: a GC científico envolve práticas de organização, comunicação e disseminação de saberes científicos, com vista a facilitar a produção, o intercâmbio e a preservação do conhecimento produzido em instituições de ensino e pesquisa. A comunicação científica, a documentação, o registro de dados e resultados, bem como a disseminação do conhecimento são vistos como elementos essenciais para esse tipo de GC (Leite; Costa, 2007; Sampaio; Menezes, 2021; Batista; Farias, 2023).

Importante destacar que, embora haja várias definições e abordagens conceituais de GC há um consenso entre pesquisadores e autores de que a GC não se reduz à gestão de dados ou informação. A GC pressupõe uma estratégia organizacional madura, infraestrutura de tecnologia e cultura

organizacional, sociotécnica e cultural que permita transformar o conhecimento em capital intelectual, ou seja, em um recurso estratégico (Menezes; Rodrigues, 2023; Correa, *et al.*, 2024; Ziviani; *et al.*, 2025a).

Por fim, a GC apresenta-se como campo sólido, dinâmico e multidimensional. A integração entre tecnologia, processos sociais, cultura colaborativa e ética é indispensável. No Brasil, a relação entre GC e territórios complexos, como o contexto amazônico, constitui área estratégica e pouco explorada, demandando abordagens críticas, participativas e sensíveis à diversidade epistemológica (Souza; Corrêa, 2018; Barbalho, 2023; Yanai, *et al.*, 2024).

2.2 A GESTÃO DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO AMAZÔNICO

A Amazônia brasileira constitui um território de grande complexidade socioambiental e cultural, abrigando uma diversidade única de ecossistemas, povos indígenas, comunidades tradicionais e instituições de ensino e pesquisa. (Arruda Filho, 2019; Artaxo, 2019; Barbalho; Inomata, 2021). Este cenário apresenta desafios singulares para a GC, especialmente no que diz respeito à integração entre saberes científicos e tradicionais, à preservação de informações estratégicas e à promoção da inovação sustentável (Brito, *et al.*, 2016; Cardoso; Pimenta, 2019; Yanai, *et al.*, 2024; Fonseca, 2025)

Segundo Müller, Arruda; Vilches (2024, p. 12), “a GC consiste em um conjunto de processos destinados a criar, organizar, disseminar e aplicar conhecimentos, considerando-os como ativos estratégicos”. No contexto amazônico, essa definição requer ampliação, dado que o conhecimento produzido não é apenas técnico ou científico, mas também cultural, ancestral e coletivo (Castro; Lima; Zucarelli, 2021; Costa; Almeida, 2023). Assim, a GC na região deve ser pensada de maneira interdisciplinar, incorporando dimensões sociais, ambientais e epistemológicas próprias do território amazônico (Chaves; Barbosa; Clement, 2018; Fleury; Lobato; Dantas, 2019; Castro; Lima; Zucarelli, 2021)

A GC é um campo que emergiu no final do século XX, com o objetivo de organizar e maximizar o uso de informações dentro de organizações e comunidades (Nonaka; Takeuchi, 1997). De acordo com Müller, Arruda e Vilches (2024), os processos de GC incluem: identificação de conhecimento, criação, armazenamento, distribuição, aplicação e avaliação. Tais processos permitem transformar informações em ativos estratégicos capazes de gerar inovação e vantagem competitiva (Stewart, 1997; Sveiby, 1998).

No entanto, em contextos regionais como o amazônico, a aplicação desses conceitos precisa ser adaptado e contextualizado ao cenário e campo de estudo (Fonseca; Zaninelli, 2022; Fonseca;

Zaninelli; Simonetti, 2024; Magalhães, 2025). O pesquisador Fonseca (2024, p. 45) destaca que “os modelos tradicionais de GC, geralmente desenvolvidos em ambientes urbanos ou corporativos, nem sempre se aplicam à realidade amazônica, onde predominam conhecimentos orais, coletivos e vinculados a práticas territoriais e culturais específicas”. Essa perspectiva evidencia que a GC na Amazônia deve incorporar não apenas tecnologia e documentação científica, mas também práticas de preservação e transmissão de saberes comunitários (Little; Barreto Filho, 2012; Martins; Silva, 2019; Matos; Barroso Tenazor; Lopes, 2022).

A literatura clássica da GC não se limita à administração de informações ou dados, ela envolve a coordenação de fluxos de conhecimento, a promoção de aprendizagem organizacional e a criação de redes de cooperação que facilitem a produção e a troca de saberes (Davenport; Prusak, 1998). Em regiões de alta diversidade cultural e ambiental, como a Amazônia, esses elementos assumem relevância estratégica (Moraes; Nascimento, 2021; Pinheiro; Araújo, 2023; Pacheco; Yamaguchi; Madeira, 2023).

A Amazônia é caracterizada por um mosaico de culturas, idiomas e formas de conhecimento. Os saberes indígenas e ribeirinhos, por exemplo, possuem dimensões espirituais e coletivas que dificultam a sua codificação nos sistemas tradicionais de GC (Silva; Oliveira, 2021; Santos; Costa, 2021; Barbalho, 2022; Fonseca, 2024). Decolonialidade e Saberes Tradicionais em Práticas Científicas na Amazônia argumenta que o conhecimento não ocidental deve ser tratado como epistemologia legítima, exigindo modelos de GC que respeitem suas lógicas próprias (Silva; Santos; Ferreira, 2022; Schott; Steinmueller, 2023).

Segundo Fonseca (2024, p. 32), “o conhecimento indígena é dinâmico, coletivo e profundamente vinculado ao território, sendo fundamental garantir sua preservação e transmissão de forma ética e culturalmente sensível”. Assim, a integração entre GC científica e tradicional exige atenção a aspectos éticos, legais e culturais, evitando a apropriação indevida de saberes locais (Barbalho, 2022; Yanai; *et al.*, 2024)

Pesquisas realizadas em cooperativas e instituições amazônicas apontam lacunas significativas na infraestrutura de GC. Segundo Brito, *et al.*, (2016), apesar de avanços recentes, a adoção de sistemas de GC ainda é incipiente, com carência de tecnologias adequadas para organização, armazenamento e compartilhamento de informações.

Além disso, a falta de interoperabilidade entre diferentes sistemas de informação impede a circulação eficiente do conhecimento (Valentim, 2008; Moraes; Nascimento, 2021). Fonseca (2024) destaca que museus e bibliotecas amazônicas enfrentam desafios relacionados à padronização de

vocabulários, catalogação e acesso digital, limitando a disseminação de saberes científicos e culturais (Bernard; Jorgensen, 2022; Souza; Carvalho; Mendes, 2022; Yanai, *et al.*, 2024)

Um dos maiores desafios é conciliar conhecimentos tradicionais e científicos de maneira colaborativa (Silva; Oliveira, 2020; Silva; Bittencourt, 2021). De acordo com Fonseca (2024), a criação de modelos conceituais específicos, como aqueles desenvolvidos para comunidades indígenas, permite uma gestão mais ética e eficaz do conhecimento. Tais modelos valorizam a oralidade, a ancestralidade e a dimensão imaterial dos saberes, integrando-os a práticas de inovação social e tecnológica (Machado; Carvalho, 2019; Freire; Lima, 2020; Fonseca; Zaninelli; Simonetti, 2024).

Decolonialidade e saberes tradicionais reforçam que o diálogo entre diferentes regimes de conhecimento exige repensar metodologias, indicadores e métricas de avaliação (Battiste, 2019; Schott; Steinmueller, 2023). A simples transferência de técnicas de GC urbanas ou corporativas para contextos amazônicos é insuficiente, pois ignora as especificidades culturais, sociais e ambientais do território (CASTRO, 2010; Fonseca; Zaninelli, 2022; Barbalho, 2023).

Fonseca (2024) propõe um modelo conceitual de GC para comunidades indígenas que valoriza a coletividade, a oralidade e a ligação ao território. Este modelo permite registrar conhecimentos de maneira ética, garantindo a transmissão intergeracional e a proteção cultural. A integração de tais práticas com iniciativas acadêmicas e tecnológicas fortalece o diálogo entre ciência e tradição, promovendo inovação social e sustentabilidade territorial (Silva; Barreto, 2020; Wikepena, 2021).

No âmbito dos povos indígenas, o conhecimento não é apenas um conjunto de informações, mas uma construção histórica e cosmológica ligada ao território, às relações comunitárias, à espiritualidade e às práticas ambientais (Arreto; Brasil, 2021; Bernard, 2022). Neste sentido, Berkes (2012, p.4) afirma que o conhecimento ecológico tradicional constitui “um sistema complexo, adaptativo e cumulativo transmitido entre gerações”, o que implica compreender os saberes indígenas como sistemas vivos e dinâmicos. Complementarmente, Almeida (2014, p. 90) destaca que os territórios indígenas são espaços de produção de identidades e conhecimentos específicos, constituindo “territórios de saberes” visão que vai de encontro ao estudo de Carvalho, Pires; Ribeiro (2021). Assim, aplicar modelos de GC a esses contextos exige ampliar os referenciais epistemológicos, evitando abordagens colonizadoras e reducionistas (Battiste, 2019; Freitas; Oliveira, 2020).

Sob a perspectiva da justiça cognitiva, Santos; Meneses (2019) argumentam que há uma longa história de subordinação das epistemologias indígenas no campo científico ocidental. Para os autores,

reconhecer os saberes indígenas implica adotar epistemologias do Sul, que pressupõem “a coexistência de diferentes formas de conhecimento e a recusa da hierarquização epistemológica” (Santos; Meneses, 2019, p. 8). Essa visão dialoga com Smith (2012), para quem o conhecimento indígena está intrinsecamente vinculado à soberania cultural, devendo ser tratado de modo ético e com respeito aos protocolos comunitários. A autora afirma que “pesquisar ou registrar conhecimentos indígenas é sempre um ato político” (Smith, 2012, p. 59), reforçando a necessidade de abordagens colaborativas e de consentimento livre e informado.

Do ponto de vista da documentação e preservação, autores brasileiros têm destacado a importância de processos participativos (Freitas; Oliveira, 2020; Weitzel, 2021; Souza; Carvalho; Mendes, 2022). Freitas e Oliveira (2020) apontam que a preservação de patrimônios imateriais indígenas exige metodologias que considerem oralidades, rituais e dinâmicas comunitárias, evitando a descontextualização. Da mesma forma, Silva; Barreto (2020) discutem práticas de GC em aldeias brasileiras, enfatizando que a transmissão oral permanece central na manutenção do conhecimento, embora ferramentas digitais possam apoiar processos de registro quando utilizadas sob governança da própria comunidade.

Outro eixo relevante é o papel dos saberes indígenas na sustentabilidade (Geraldo; Pinto, 2019; Geraldo; Pinto; Duarte, 2022; Ziviani; *et al.*, 2025b). Nakashima *et al.* (2020), em estudo publicado na *Science*, demonstram que o conhecimento tradicional é fundamental para estratégias globais de conservação da biodiversidade, reforçando sua relação direta com o território e com práticas socioculturais ancestrais. Nesse sentido, Diegues (2000, p. 21) afirma que esses conhecimentos oferecem “interpretações singulares da natureza e de seus ciclos”, constituindo referenciais que complementam a ciência moderna.

A integração entre instituições científicas e povos indígenas tem demandado novas práticas de GC baseadas na colaboração. Carvalho, Pires; Ribeiro (2021) analisam parcerias entre comunidades indígenas e centros de pesquisa, enfatizando a importância da inovação social e do reconhecimento da propriedade intelectual coletiva. De modo semelhante, Bernard; Jorgensen (2022) propõem modelos colaborativos de pesquisa que incluem coautoria, planejamento conjunto e compartilhamento de benefícios.

No campo metodológico, Kovach (2020) defende que epistemologias e metodologias indígenas devem orientar qualquer processo de GC envolvendo esses saberes, pois representam “modos de conhecer baseados na relação, no território e no pertencimento” (Kovach, 2020, p. 52).

Sob uma perspectiva crítica, Agrawal (2002) alerta que muitos processos de registro de saberes indígenas carregam lógicas de classificação ocidental que desconsideram os modos próprios

de organização do conhecimento. Ele argumenta que, sem reflexão, a GC pode reproduzir desigualdades epistêmicas. Isso leva ao desafio contemporâneo de desenvolver práticas interculturais de GC, capazes de integrar tecnologias digitais, metodologias participativas e princípios de autodeterminação (Almeida, 2014; Carvalho; Pires; Ribeiro, 2021; McGrew; *et al.*, 2023).

Nesse contexto, a disseminação ética dos saberes indígenas exige políticas de proteção intelectual, governança compartilhada e mecanismos de controle comunitário sobre o uso das informações (Souza; Gomes, 2019; Nakashima; *et al.*, 2021). Souza; Gomes (2019) destacam que políticas de salvaguarda devem garantir que a circulação do conhecimento ocorra conforme princípios culturais, jurídicos e éticos acordados com as comunidades. Assim, a GC aplicada aos povos indígenas não pode se limitar a técnicas de captura e registro de conhecimento. Deve envolver participação ativa, reciprocidade, respeito e reconhecimento das diferentes formas de existir e conhecer (Kovach, 2020; Wikepena, 2021; Bernard; Jorgensen, 2022)

De forma geral, a GC em contextos indígenas demanda uma epistemologia plural, sensível ao território, às narrativas orais, às tecnologias comunitárias e às relações espirituais que estruturam os saberes tradicionais (Barbalho, 2022; Barbalho; *et al.*, 2023; Fonseca, 2024). Trata-se de um campo que amplia as fronteiras da GC, permitindo a construção de modelos mais inclusivos, éticos e multiculturais de produção e circulação do conhecimento. A preservação e disseminação de saberes indígenas, portanto, só podem ocorrer legitimamente quando orientadas pela autonomia dos povos, pela justiça cognitiva e por processos colaborativos que respeitem sua complexidade e profundidade histórica (Freire; Lima, 2020; Fonseca; Zaninelli, 2022).

A GC na Amazônia também se relaciona diretamente com políticas de inovação e desenvolvimento sustentável (Lima; Pozzobon, 2005; Little; Barreto Filho, 2012; Matos; Barroso Tenazor; Lopes, 2022). Schott; Steinmueller (2023) destacam que modelos integradores de GC podem contribuir para políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) contextualizadas, considerando eixos de governança territorial, sustentabilidade ambiental, inovação social e soberania informacional.

Dessa forma, GC torna-se uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento regional sustentável, promovendo não apenas a apropriação de conhecimento científico, mas também a valorização e proteção dos saberes locais (Rezende, 2017; Pereira; Angeloni, 2020; Moraes; Nascimento, 2021).

A GC no contexto amazônico apresenta algumas diretrizes fundamentais e relevantes. O primeiro ponto é a pluralidade epistemológica que é essencial ao reconhecer e integrar diferentes tipos de conhecimento como científico, tecnológico, indígena e comunitário em modelos de gestão

que respeitem suas especificidades (Fonseca, 2024). Outra questão esta relacionada a ética e preservação cultural na qual os processos de GC devem garantir que o conhecimento tradicional seja utilizado de maneira ética, preservando direitos culturais e territoriais (Schott; Steinmueller, 2023).

O estudo de Brito, *et al.*, (2016) descreve a necessidade de adaptação institucional ao implementar práticas de GC que devem considerar as particularidades das instituições amazônicas, incluindo limitações tecnológicas, estruturais e de recursos humanos. Em outro sentido, destaca-se a integração com inovação e sustentabilidade. Neste sentido, a GC deve ser articulada a políticas de inovação social, tecnológica e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região (Schott; Steinmueller, 2023).

A adoção dessas diretrizes implica repensar os modelos tradicionais de GC, promovendo abordagens flexíveis, interdisciplinares e sensíveis à diversidade cultural e ambiental (Santos; Costa, 2021; Silva; Bittencourt, 2021; Santos; *et al.*, 2023; Yanai; *et al.*, 2024a). Além disso, o diálogo entre a ciência moderna e os saberes tradicionais pode gerar inovação social e tecnológica adaptada às realidades locais. A GC, nesse sentido, torna-se um meio de empoderamento comunitário, permitindo que os povos amazônicos definam suas próprias estratégias de desenvolvimento sustentável (Silva; Barreto, 2021; Bernard; Jorgensen, 2022; Yanai, *et al.*, 2024b)

2.3 A AMAZÔNIA COMO ECOSSISTEMA DE SABERES: DIMENSÕES SOCIOCULTURAIS, AMBIENTAIS E EPISTEMOLÓGICAS

A região amazônica concentra uma das maiores biodiversidades do planeta e, ao mesmo tempo, uma diversidade de povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e comunidades tradicionais que produzem, transmitem e ressignificam conhecimentos em estreita relação com o ambiente (Fearnside, 2005; Brondízio; Moran, 2012; Fernandes; *et al.*, 2025). Esses saberes, frequentemente designados como saberes tradicionais ou traditional ecological knowledge (TEK), constituem sistemas complexos de observação, experimentação e classificação da natureza, que orientam práticas de uso, manejo e conservação dos recursos naturais (Hanazaki *et al.*, 2018).

Hanazaki *et al.* (2018) definem o conhecimento tradicional e local como um conjunto de saberes e práticas que orientam o uso sustentável da biodiversidade e que são fundamentais para atingir metas globais de conservação, como a Estratégia Global para a Conservação de Plantas (Becker, 2002; Barlow; *et al.*, 2018; Almeida; Szwarcwald, 2020; Artaxo, 2021). Para as autoras, “traditional ecological knowledge and local ecological knowledge are central to sustainable harvest and biodiversity conservation” (Hanazaki *et al.*, 2018, p. 1592), ressaltando que tais saberes não são resquícios do passado, mas componentes ativos das estratégias contemporâneas de sustentabilidade.

Na Amazônia brasileira, Galvão *et al.* (2024), ao estudarem o uso da madeira de manguezais em comunidades costeiras, mostram que o TEK organiza vocabulários, classificações e práticas de uso de espécies como *Rhizophora mangle* e *Avicennia germinans*, articulando dimensões técnicas, familiares e intergeracionais. Os autores apontam que o conhecimento local sobre a madeira foi validado por pesquisas científicas, o que reforça a ideia de complementaridade entre saberes tradicionais e saberes acadêmicos (Galvão *et al.*, 2024). Neste sentido, os estudos do TEK vão de encontro aos conceitos fundamentais da GC que define conhecimento tácito e explícito segundo Nonaka; Tackeuchi (1997).

Desse modo, a Amazônia pode ser compreendida como um ecossistema de saberes em que biodiversidade e sociodiversidade se reforçam mutuamente: a riqueza biológica alimenta múltiplos sistemas de conhecimento, enquanto esses sistemas são cruciais para a manutenção de paisagens culturais e ecológicas (Lima; Pozzobon, 2005; Brondizio, 2016; Arreto; Brasil, 2021; Assad, 2022). Neste sentido, A GC enquanto ciência assume uma posição estratégica no contexto amazônico (Machado; Carvalho. 2019; Mello-Théry; Fearnside, 2020; Matos; Barroso Tenazor; Lopes, 2022)

Os saberes amazônicos são inseparáveis das trajetórias históricas e das formas de organização social dos povos que habitam a região (Santos; Costa, 2021; Silva; Bittencourt, 2021; Pinheiro; Araújo, 2023). Fernandes; Moser (2021), ao analisarem comunidades ribeirinhas, mostram que a formação socio-histórica da Amazônia foi marcada por processos de colonização, migração forçada, ciclos econômicos e políticas públicas que, em grande medida, invisibilizaram o lugar social e político desses grupos (Silva; Oliveira, 2020; Fernandes; Moser, 2021; Silva; Santos; Ferreira, 2022).

Essas comunidades constroem um modo de vida em que território, identidade e conhecimento se entrelaçam. Padovani (2022), ao apresentar o Atlas encyclopédico dos saberes tradicionais da Amazônia Amapaense, destaca que as populações tradicionais são grupos “culturalmente estabelecidos em um espaço geográfico, possuindo ligações intrínsecas e de interdependência com ele”, e que seus saberes envolvem práticas, ligações espirituais e memórias coletivas transmitidas entre gerações (Padovani, 2022, p. 36).

Nesse sentido, os saberes amazônicos não se limitam ao “uso de recursos”, mas estruturam em a) formas de educação comunitária (aprendizagem por observação, oralidade, rituais); b) sistemas de governança local (assembleias, conselhos comunitários, lideranças tradicionais); e c) valores éticos ligados à reciprocidade, ao cuidado com o rio, a floresta e os seres não humanos (Matheus, 2019; Alves; *et al.*, 2022; Souza; Carvalho; Mendes, 2022).

Araújo (2025), dialogando com as Epistemologias do Sul na educação do campo na Amazônia, argumenta que os saberes ancestrais de povos rurais podem desafiar lógicas curriculares

hegemônicas e propor práticas pedagógicas interculturais e democráticas, nas quais o conhecimento não é apenas conteúdo, mas experiência situada (Araújo, 2025). Desta forma constata-se que o conhecimento no contexto amazônico é essencial tácito (Sell; Gregori, 2018; Fernandes; Moser, 2021; Santos; *et al.*, 2023).

Assim, a dimensão sociocultural dos saberes amazônicos evidencia que: a) os modos de vida (ribeirinho, quilombola, indígena, extrativista) são matrizes de conhecimento; b) identidades coletivas se constroem na relação com rios, igarapés, florestas e ciclos sazonais; e c) o saber tradicional é dinâmico, ressignificado frente a novas tecnologias, políticas públicas e mercados (Arreto; Brasil, 2021; Castro; Lima; Zucarelli, 2021; Barbalho, 2022).

Para compreender a Amazônia como ecossistema de saberes, inúmeros autores articulam a discussão com as Epistemologias do Sul, formuladas por Boaventura de Sousa Santos e colaboradores (Santos, 2011; Santos; Meneses, 2019). Santos (2014) critica a razão ocidental hegemônica, responsável por produzir um verdadeiro “epistemicídio”, isto é, a desqualificação e destruição de conhecimentos não ocidentais, considerados atrasados, supersticiosos ou não científicos (Santos, 2014).

No lugar de uma monocultura do saber científico, Santos (2014) propõe uma “ecologia de saberes”, entendida como prática de diálogo horizontal entre conhecimentos científicos e não científicos, na qual nenhum saber é a priori superior a outro. Essa perspectiva é particularmente fecunda para pensar a Amazônia, onde convivem: a) saberes indígenas, ribeirinhos, quilombolas e de outros povos tradicionais; b) conhecimentos científicos produzidos por universidades, institutos de pesquisa e órgãos governamentais; e c) saberes técnicos de agentes de políticas públicas, ONGs e empresas (Sell; Gregori, 2018; Matheus, 2019; Fernandes; Moser, 2021; Padovani, 2022).

No contexto amazônico, Gebara *et al.* (2023) dialogam explicitamente com as Epistemologias do Sul ao discutir justiça epistêmica e bioeconomia, defendendo que a construção de políticas precisa reconhecer a pluriversalidade de epistemologias e ontologias presentes na região, sob pena de aprofundar formas de biopirataria e biocolonialismo (Gebara; Ramcilovic-Suominen; Schmidlechner, 2023; Galvão; *et al.*, 2024).

Cassino; *et al.* (2025, p. 10), por sua vez, propõem “pensar com os povos indígenas amazônicos” para expandir sistemas de conhecimento, argumentando que as epistemologias indígenas não devem ser apenas “fontes de dados” para a ciência, mas parceiras epistêmicas em processos de co-produção de saberes e de governança socioambiental (Almeida, 2014; Carvalho; Pires; Ribeiro, 2021; Barbalho; *et al.*, 2023)

No campo da educação, Araújo (2025) mostra como as Epistemologias do Sul podem orientar uma reinvenção da educação do campo na Amazônia, em diálogo com saberes ancestrais e com as experiências de povos historicamente subalternizados. Para o autor, os currículos que ignoram esses saberes reproduzem hierarquias coloniais; ao contrário, quando os saberes tradicionais são reconhecidos como legítimos, abrem-se caminhos para práticas pedagógicas interculturais e democráticas (Souza; Carvalho; Mendes, 2021; Schott; Steinmueller, 2023; Araújo, 2025).

Nessa perspectiva, a Amazônia deixa de ser apenas “objeto” de pesquisa e passa a ser sujeito epistêmico: um espaço de produção de teorias, conceitos e categorias capazes de tensionar o cânone científico. A ideia de Amazônia como ecossistema de saberes implica: a) reconhecer a autoridade epistêmica de povos indígenas e comunidades tradicionais (Nakashima; *et al.*, 2020; McGrew; *et al.*, 2023); b) praticar uma tradução intercultural entre linguagens científicas e tradicionais, sem subordinação (Brondízio; Moran, 2012; Chaves, 2018; Matos; Barroso Tenazor; Lopes, 2022); e c) construir agendas de pesquisa e políticas públicas ancoradas em justiça cognitiva, isto é, no direito de diferentes povos produzirem, validarem e transmitirem seus próprios conhecimentos (Bentes-Gama, 2012; Brondízio; *et al.*, 2016; Battiste, 2019).

Por fim, Amazônia precisa ser compreendida como um ecossistema de saberes. A literatura recente evidencia que a Amazônia deve ser compreendida, simultaneamente, como:

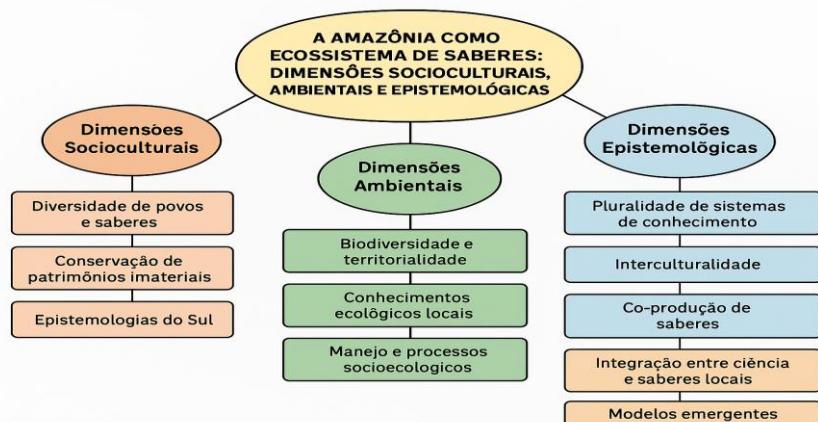
- Ecossistema socioambiental em que biodiversidade e sociodiversidade se entrelaçam, e onde o TEK orienta práticas de manejo e conservação (Hanazaki *et al.*, 2018; Galvão; *et al.*, 2024).
- Espaço sociocultural complexo marcado por trajetórias de resistência, territorialidades específicas e formas próprias de educação, trabalho e governança (Fernandes; Moser, 2021; Padovani, 2022; Alves; *et al.*, 2022).
- Campo de disputas político-jurídicas no qual se confrontam direitos de povos e comunidades, regimes de propriedade intelectual e estratégias de bioeconomia, frequentemente marcadas por assimetrias e riscos de bioepistemocídio (Matheus, 2019; Sell; Gregori, 2018; Gebara; *et al.*, 2023).
- Lugar privilegiado de reflexão epistemológica – que dialoga com as Epistemologias do Sul e com a noção de ecologia de saberes, desafiando a centralidade exclusiva do conhecimento científico ocidental (Santos, 2014; Araújo, 2025; Cassino; *et al.*, 2025).

Essa compreensão amplia o horizonte da gestão ambiental, das políticas públicas e da própria pesquisa científica, ao deslocar a Amazônia do lugar de “fronteira de recursos” para o de ecossistema de saberes, em que diferentes rationalidades e ontologias coabitam e disputam sentidos de

desenvolvimento, sustentabilidade e justiça (Padovani, 2022; Gebara; Ramcilovic-Suominen; Schmidlechner, 2023; Galvão; *et al.*, 2024).

Contextualizando a discussão teórica sobre a Amazônia como um ecossistema de saberes parte-se do princípio que o contexto amazônico constitui um espaço *multilayered* no qual diferentes sistemas de conhecimento se articulam de maneira dinâmica, relacional e historicamente construída (Porto-Gonçalves; 2006; Nobre; Borma, 2009; Cassino; *et al.*, 2025). A Figura 1 apresenta uma síntese dessas interações, organizando-as em três grandes dimensões, socioculturais, ambientais e epistemológicas que, embora destacadas analiticamente, operam de forma integrada e sinérgica no território.

Figura 1 – A Amazônia como ecossistema de saberes: dimensões socioculturais, ambientais e epistemológicas



Fonte: elaborada pelos autores, 2025.

A figura 1 sistematiza uma visão ampliada da Amazônia enquanto ecossistema de saberes sinérgicos, alinhada à concepção de Santos (2018), para quem “todo conhecimento é situado, contextual e relacional” (Santos, 2018, p. 47). Assim, compreender a região exige reconhecer que seus saberes emergem da interação contínua entre povos, ambientes e práticas socioculturais em uma trama de redes, cooperação, interações e transferências de múltiplos saberes (conhecimento) relevantes para a sociedade e organizações.

A primeira dimensão destacada refere-se à diversidade sociocultural amazônica, marcada pela presença de povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas e populações tradicionais que produzem e preservam conhecimentos próprios. A figura 1 ressalta elementos como a diversidade de povos e saberes, a conservação de patrimônios imateriais e as epistemologias do Sul. Essas epistemologias, segundo Santos (2019), “afirmam a legitimidade de conhecimentos historicamente subalternizados” (Santos, 2019, p. 112), contrapondo-se à monocultura do saber científico.

A segunda dimensão refere-se ao papel dos ecossistemas amazônicos como base para a produção de saberes locais. A figura 1 apresenta elementos como biodiversidade e territorialidade, conhecimentos ecológicos locais e práticas de manejo socioecológico. Berkes (2015) denomina esses conhecimentos de *traditional ecological knowledge*, definidos como “corpos de saberes adaptativos derivados da experiência e transmitidos culturalmente” (Berkes, 2015, p. 27).

A terceira dimensão abrange a pluralidade de sistemas de conhecimento presentes na Amazônia e os processos de diálogo intercultural que emergem desse encontro. A figura 1 destaca elementos como pluralidade epistemológica, interculturalidade, co-produção de saberes e integração entre ciência e conhecimentos locais.

Para não concluir, a articulação das três dimensões revela um trama de redes de conhecimento na Amazônia como um ecossistema de saberes profundamente interconectados e interrelacionados. Essa visão confirma o argumento de Porto-Gonçalves (2017), que considera a região “um território de insurgência epistêmica e de invenção de novos futuros possíveis” (Porto-Gonçalves, 2017, p. 203). Assim, qualquer política pública, pesquisa acadêmica ou iniciativa de GC na Amazônia deve reconhecer a indissociabilidade entre cultura, ambiente e epistemologia.

2.4 INTEGRAÇÃO ENTRE SABERES TRADICIONAIS, INOVAÇÃO DIGITAL E GC: MODELOS, TENSÕES E POTENCIALIDADES

Os saberes tradicionais e os conhecimentos indígenas têm sido compreendidos como sistemas complexos de produção, circulação e uso de conhecimento, profundamente enraizados em contextos territoriais, cosmológicos e sociopolíticos específicos (Becker, 2005; Assad, 2022; Costa; Almeida, 2023). A literatura enfatiza que tais saberes não podem ser reduzidos a um conjunto de “informações locais”, mas constituem “modos de conhecer, fazer e existir”, articulando práticas, valores, narrativas e tecnologias próprias (Cunha, 2007, p. 25).

Nesse sentido, pesquisadores da Ciência da Informação e de áreas afins vêm defendendo uma leitura ampliada do conceito de saberes tradicionais, que engloba conhecimentos sobre manejo de territórios, biodiversidade, plantas medicinais, sistemas agroflorestais, práticas de cura e formas de organização social, frequentemente transmitidos por oralidade e performance (Pereira; Espírito Santo, 2020; Fonseca; Zaninelli, 2025). Como sintetiza um desses estudos, os saberes tradicionais “trazem consigo um elemento mais amplo do que a noção de continuidade”, pois articulam memórias coletivas, vínculos identitários e estratégias de reprodução sociocultural em longo prazo (Pereira; Espírito Santo, 2020, p. 89.).

No contexto amazônico, documentos de universidades e instituições científicas ressaltam que “os saberes tradicionais são inspiração para as decisões que precisamos tomar e a eles se somam a ciência que precisamos produzir”, apontando a região como espaço estratégico de diálogo entre epistemologias locais e ciência moderna (UFPA, 2023, p. 121). Essa perspectiva reforça a Amazônia como território privilegiado de experimentação de modelos de integração entre conhecimento científico, saberes indígenas e políticas de desenvolvimento sustentável (Porto-Gonçalves; 2006; Santos; Meneses, 2019; Pinheiro; Araújo, 2023).

Ao mesmo tempo, autores críticos alertam para os riscos de homogeneização e de “aplanamento” das diferenças internas quando se fala genericamente em “conhecimento tradicional”, sem considerar a diversidade de povos, histórias e cosmologias envolvidas. Fonseca; Zanelli (2024), mostram que a tendência de tratar o conhecimento indígena como um bloco único, comparável de forma direta ao conhecimento científico ocidental, constitui “uma forma de melhor homogeneizá-lo” e invisibilizar sua incomensurabilidade epistemológica (Fonseca; Zaninelli, 2024, p. 29).

A GC emergiu, nas últimas décadas, como campo interdisciplinar que busca compreender e estruturar processos de criação, organização, compartilhamento e uso do conhecimento em diferentes tipos de organizações conforme Correa, *et al.*, (2023) e Ziviani, *et al.*, (2025a). Em obra clássica, Davenport; Prusak (1998) definem conhecimento como uma mistura fluida de experiência, valores, informação contextualizada e intuição, que fornece um quadro para avaliação e incorporação de novas experiências. Para os autores, “O conhecimento é uma mistura fluida de experiência interpretada, valores, informação contextual e discernimento especializado (Davenport; Prusak, 1998, p. 5) (tradução nossa), o que implica reconhecer a dimensão humana, relacional e situada do conhecimento.

No debate sobre inovação, Nonaka; Takeuchi (1997) destacam a dinâmica SECI (socialização, externalização, combinação e internalização) como motor da criação do conhecimento organizacional, articulando dimensões tácitas e explícitas. A perspectiva dos autores é relevante para pensar a integração entre saberes tradicionais e inovação digital, pois enfatiza o caráter processual, coletivo e histórico da produção de conhecimento, elementos centrais em contextos indígenas e comunitários conforme estudos de Machado (2020).

No Brasil, a GC tem sido apropriada e redefinida por autores que a situam em contextos públicos, acadêmicos e territoriais. Valentim (2010, 2008) argumenta que a gestão da informação e a GC devem ocorrer de forma articulada, de modo a promover comportamentos de busca, compartilhamento e uso da informação alinhados à cultura organizacional. Para a autora, “a gestão da informação no contexto organizacional ocorre de forma específica e depende do modo que o conhecimento está sendo gerido” (Valentim, 2010, p. 42).

Batista (2023) reforça essa visão ao propor uma GC “simplificada”, centrada em linguagens acessíveis e em ferramentas práticas para a administração pública, sem perder de vista a complexidade dos processos de aprendizagem organizacional (Batista, 2023; Correa, *et al.*, 2023; Ziviani; *et al.*, 2025b). Esses aportes são importantes para contextualizar, em termos brasileiros, a discussão sobre GC como infraestrutura conceitual e operacional para integrar saberes tradicionais, tecnologias digitais e políticas de inovação (Cardoso; Pimenta, 2019; Belinski; Martins, 2020; Menezes; Rodrigues, 2023)

De forma mais específica, Fonseca; Santos (2023), ao discutirem “GC e saberes tradicionais: uma proposta de inovação para organizações indígenas”, propõem os Núcleos de Criatividade Colaborativa (NCC) como modelo de GC orientado à valorização dos saberes indígenas. Segundo os autores, os NCC buscam fomentar uma cultura de inovação a partir “dos conhecimentos oriundos dos saberes tradicionais desses povos”, articulando fluxos informacionais, práticas de GC e inovação organizacional em empresas e coletivos vinculados a comunidades indígenas (Fonseca; Santos, 2023, p. 11.).

A expansão das tecnologias digitais reconfigurou profundamente as formas de registrar, armazenar, comunicar e apropriar conhecimentos tradicionais (Fleury; Lobato; Dantas, 2019; Costa, 2022; Carvalho; Pires; Ribeiro, 2023). Steeves (2015) mostra que, em vários contextos indígenas, tecnologias digitais como vídeo, áudio, fotografia e plataformas online têm sido apropriadas para registrar, preservar e compartilhar aspectos da cultura e do conhecimento com outros grupos indígenas, com o mundo e com gerações futuras, ao mesmo tempo em que produzem novos desafios à identidade cultural. Neste sentido, a autora, “some digital technologies are helping Aboriginal groups record and share their traditional knowledge with other Aboriginal groups, the wider world, and future generations” (Steeves, 2015, p. 13).

Estudos recentes sobre “*indigenous knowledge management*” enfatizam o papel de tecnologias como bases de dados, RFID, GIS, scanners 3D, smartphones e repositórios digitais para apoiar a documentação, organização e circulação de saberes locais, especialmente no pós-pandemia (Matheus, 2019; Ajani, 2023). Esses trabalhos apontam que a inovação digital não se resume à digitalização de conteúdos, mas envolve o desenho de infraestruturas sociotécnicas sensíveis às lógicas comunitárias de propriedade, acesso e uso do conhecimento (Pereira; Angeloni, 2020; Moraes; Nascimento, 2021; Pinheiro; Araújo, 2023).

Do ponto de vista da sustentabilidade, Anti (2025) discute os desafios de preservar o conhecimento tradicional na era digital, destacando que a modernização e a globalização têm interrompido a transmissão intergeracional de saberes, colocando em risco sua continuidade. O estudo

enfatiza que “A modernização acelerada e a globalização têm desestruturado a transmissão intergeracional desse conhecimento, colocando-o em risco de desaparecimento.”, e que as estratégias digitais precisam ser acompanhadas por diretrizes éticas robustas (Anti, 2025, p. 18) (tradução nossa).

Na mesma direção, Bellini; Raglanti (2025) analisam tensões e oportunidades na interseção entre conhecimentos indígenas e tecnologias digitais, mostrando que a introdução de plataformas e sistemas informacionais pode tanto empoderar comunidades quanto reforçar assimetrias de poder e dependência tecnológica se não forem co-desenhados com os próprios povos indígenas (Carvalho; Pires; Ribeiro, 2021; Pinheiro; Araújo, 2023). Estudos voltados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável destacam, ainda, que alinhar saberes tradicionais e tecnologias digitais é estratégico para metas como ação climática, proteção da biodiversidade e educação de qualidade (Arvanitidis *et al.*, 2024; Fonseca, 2025).

No contexto amazônico, reportagens e estudos de caso mostram experiências em que blockchain, big data, Internet das Coisas (IoT) e inteligência artificial têm sido usados para apoiar cadeias da sociobioeconomia, garantir rastreabilidade de produtos florestais, monitorar desmatamento e fortalecer modelos de negócios baseados em conhecimentos tradicionais (Santos; Costa, 2021; NESsT, 2025). Essas iniciativas reforçam o potencial da inovação digital como mediadora entre saberes locais, mercados globais e políticas públicas de desenvolvimento sustentável (Souza; Gomes, 2019; Silva; Barreto, 2020; Santos; *et al.*, 2023).

A literatura recente tem avançado na formulação de modelos conceituais de GC indígena (GCI) e de integração entre saberes tradicionais e abordagens contemporâneas de GC. Fonseca; Zaninelli (2024), realizam uma revisão de modelos internacionais de GCI, identificando estruturas diversas, variando conforme localização geográfica, comunidade e objetivos de cada iniciativa. Os autores concluem que “os modelos de GC Indígena identificados apresentam características, estruturas e abordagens diferentes, de acordo com a localização, a comunidade e os objetivos propostos”, e apontam a ausência de modelos desenvolvidos no Brasil como um hiato de pesquisa (Fonseca; Zaninelli, 2024, p. 19).

Em estudo subsequente, Fonseca; Zaninelli (2025) analisam modelos africanos de GC indígena e mostram como sistemas de etnoconhecimento articulam dimensões espirituais, ambientais e comunitárias em estruturas próprias de classificação e transmissão, distintas dos sistemas ocidentais de informação. O estudo conclui que a integração entre esses sistemas e abordagens contemporâneas exige reconhecer “características distintivas, contextos socioculturais e aplicações práticas” dos modelos indígenas, evitando sua mera tradução para categorias eurocêntricas (Fonseca; Zaninelli, 2025, p13.).

No contexto brasileiro, Fonseca; Santos (2023) propõem os já mencionados Núcleos de Criatividade Colaborativa (NCC) como modelo de GC voltado a organizações indígenas, baseando-se no modelo de organização em hipertexto de Choo (2003). Os NCC articulam três eixos sendo, GC, inovação e saberes tradicionais e posicionam o conhecimento indígena como ativo central do processo de inovação organizacional (Fonseca; Santos, 2023).

A integração entre saberes tradicionais, inovação digital e GC não ocorre sem conflitos. A literatura destaca diferentes ordens de tensão: epistemológica, política, jurídica, tecnológica e institucional (Santos; Meneses, 2019; Freire; Lima, 2020; Freitas; Oliveira, 2020). Do ponto de vista epistemológico, autores como Cunha (2007) e Machado; Carvalho (2019), apontam que sistemas tradicionais de classificação e organização da informação, baseados em lógicas ocidentais, tendem a excluir ou distorcer conhecimentos indígenas.

No plano tecnológico, há o risco de que processos de digitalização reforcem o “colonialismo de dados”, apropriando-se de saberes tradicionais sem garantir mecanismos de consentimento, controle comunitário e repartição de benefícios. Estudos sobre bases de dados e repositórios digitais indígenas insistem na necessidade de modelos de governança em que as comunidades definam os níveis de acesso, uso e circulação de conteúdos, além de critérios de contextualização e de proteção de conhecimentos sensíveis (Steeves, 2015; Ajani, 2023).

Também estão em jogo tensões relacionadas à propriedade intelectual e aos regimes de proteção dos conhecimentos tradicionais. Pesquisas sobre cadeias da sociobioeconomia amazônica e sobre o uso de saberes tradicionais em processos de inovação tecnológica apontam a importância de políticas de propriedade intelectual que não individualizem um conhecimento coletivo, nem estimulem sua mercantilização sem salvaguardas de justiça cognitiva e repartição justa de benefícios (NESsT, 2025).

Na dimensão institucional, autores que analisam a GC no setor público mostram que fatores culturais como resistência à mudança, relações de poder e formas de comunicação – constituem obstáculos importantes à implementação de práticas colaborativas de GC (Batista; Quandt, 2015; Silva; Barreto, 2020). Tais desafios tendem a se intensificar quando se trata de incorporar saberes tradicionais em instituições historicamente estruturadas a partir de epistemologias eurocêntricas, como universidades, agências de fomento e órgãos ambientais.

Por fim, há tensões internas às próprias comunidades, relacionadas a disputas geracionais, de gênero e de autoridade sobre quem pode falar, registrar e compartilhar determinados conhecimentos, o que exige que modelos de GC e inovação digital sejam co-construídos de forma sensível às dinâmicas locais (Fonseca; Zaninelli, 2025).

Apesar das tensões, a literatura aponta um amplo conjunto de potencialidades na integração entre saberes tradicionais, inovação digital e GC. Estudos sobre sociobioeconomia amazônica mostram que a articulação entre conhecimentos tradicionais e tecnologias emergentes tem contribuído para fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, garantir rastreabilidade de produtos florestais, ampliar acesso a mercados e fomentar modelos de negócio enraizados em territórios indígenas e comunitários (NESsT, 2025).

No plano científico e tecnológico, iniciativas coordenadas por instituições como RNP, universidades e órgãos de CT&I têm enfatizado a construção de plataformas digitais de gestão da biodiversidade que combinem dados científicos com saberes tradicionais, prevendo componentes específicos de GC e desenvolvimento de soluções digitais abertas (RNP, 2025; MCTI, 2025).

Autores internacionais destacam que alinhar conhecimentos tradicionais e tecnologias digitais contribui diretamente para vários Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em especial aqueles relacionados à ação climática, à proteção da vida na terra e à promoção de educação inclusiva (Arvanitidis; *et al.*, 2024). Ao mesmo tempo, oficinas, redes e programas internacionais vêm discutindo modelos de governança de pesquisa e de rematriação de conhecimentos indígenas que utilizam inteligência artificial e plataformas digitais para fortalecer direitos, línguas e sistemas de conhecimento dos povos originários.

No campo da GC, esses movimentos apontam para a necessidade de modelos mais relacionais e ecossistêmicos, que ultrapassem a visão de conhecimento como recurso exclusivamente organizacional e reconheçam a existência de “ecossistemas de conhecimento” marcados por interdependências entre comunidades, instituições científicas, empresas, tecnologias e territórios (Fonseca; Santos, 2023; Bellini; Raglanti, 2025).

Quadro 2 – Síntese teórica: integração entre saberes tradicionais, inovação digital e GC

Dimensão	Elementos centrais	Principais autores	Contribuições essenciais
Saberes tradicionais	Epistemologias indígenas; territorialidade; transmissão oral; complexidade sociocultural	Cunha (2007); Pereira; Espírito Santo (2020); Fonseca; Zaninelli (2025); Smith (2012)	Smith (2012) demonstra que epistemologias indígenas são frequentemente enquadradas em categorias ocidentais inadequadas, gerando invisibilizações. Cunha (2007) destaca que saberes tradicionais constituem sistemas complexos enraizados em cosmologias próprias.
GC	Processos de criação, organização, socialização e aplicação do conhecimento; dimensões tácitas e explícitas	Davenport; Prusak (1998); Nonaka; Takeuchi (1997); Valentim (2008, 2010); Batista (2023)	Davenport e Prusak (1998) definem conhecimento como mistura fluida de experiência e informação contextualizada. Nonaka; Takeuchi (1997) propõem o modelo SECI, integrando dimensões tácitas e explícitas na criação do conhecimento.

Inovação digital	Digitalização de acervos; governança de dados; plataformas, IA, blockchain, GIS	Steeves (2015); Ajani (2023); Bawack (2025); Arvanitidis <i>et al.</i> (2024)	Steeves (2015) mostra que tecnologias digitais permitem registrar e transmitir saberes indígenas, enquanto Bawack (2025) alerta para riscos de colonialismo de dados sem governança comunitária.
Modelos de integração	GC Indígena (GCI); Núcleos de Criatividade Colaborativa; ecossistemas de conhecimento	Fonseca; Santos (2023); Fonseca; Zaninelli (2024; 2025); Bellini; Raglanti (2025)	Fonseca e Santos (2023) propõem os NCC, articulando GC, inovação e saberes tradicionais. Fonseca; Zaninelli (2024, 2025) evidenciam diversidade internacional de modelos de GCI.
Tensões e dilemas	Colonialismo epistemológico; governança de dados; PI; enquadramentos ocidentais; desafios institucionais	Smith (2012); Ajani (2023); Bawack (2025); Teixeira (2020); Santos <i>et al.</i> (2024)	Smith (2012) discute metodologias coloniais que distorcem saberes indígenas. Teixeira (2020) destaca barreiras culturais na GC pública. Santos <i>et al.</i> (2024) mostram tensões na apropriação de saberes tradicionais (pimentas Baniwa).
Potencialidades	Inovação sustentável; sociobioeconomia; ecossistemas digitais; soberania informacional	NESsT (2025); Bioeconomia da Restauração (2024); RNP (2025); MCTI (2025)	NESsT (2025) evidencia como tecnologias podem fortalecer cadeias produtivas baseadas em saberes tradicionais. RNP (2025) mostra integrações digitais entre ciência e conhecimentos indígenas.

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

O quadro 2 evidencia que a integração entre saberes tradicionais, inovação digital e GC exige o reconhecimento da complexidade e da autonomia epistêmica dos povos indígenas. Cunha (2007) e Pereira; Espírito Santo (2020) mostram que os saberes tradicionais constituem sistemas territoriais e pluriepistêmicos, enquanto Smith (2012) alerta que categorias ocidentais tendem a distorcer essas epistemologias.

Na GC, autores como Davenport; Prusak (1998), Nonaka; Takeuchi (1997) e Valentim (2008; 2010) demonstram que o conhecimento é relacional e depende de processos estruturados de criação e circulação, favorecendo sua articulação com epistemologias indígenas. No campo digital, Steeves (2015), Ajani (2023) e Bawack (2025) destacam que tecnologias podem apoiar a preservação cultural, mas também gerar riscos de colonialismo de dados. Modelos como os Núcleos de Criatividade Colaborativa (Fonseca; Santos, 2023) e os estudos sobre GC indígena de Fonseca; Zaninelli (2024; 2025) mostram caminhos para integrações sociotécnicas.

Por fim, trabalhos como Santos *et al.* (2024) evidenciam tensões éticas e de apropriação indevida. Por outro lado, iniciativas como NESsT (2025), Bioeconomia da Restauração (2024) e RNP (2025) mostram que essa integração possui forte potencial para a inovação sustentável e para o fortalecimento de ecossistemas amazônicos.

Para não concluir, a revisão teórica indica que:

- saberes tradicionais constituem sistemas de conhecimento complexos, que desafiam modelos ocidentais de informação e GC;
- a GC, ao articular processos de criação, organização e compartilhamento, oferece uma base conceitual fértil para modelar a integração entre epistemologias diversas;
- a inovação digital introduz oportunidades e riscos, demandando infraestruturas sociotécnicas co-governadas por comunidades indígenas e instituições parceiras;
- os modelos emergentes de GCI e de ecossistemas de conhecimento apontam caminhos para integrar saberes tradicionais, tecnologias digitais e políticas de desenvolvimento sustentável, desde que atentos às tensões éticas, políticas e epistemológicas envolvidas.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, voltado à compreensão da GC na preservação, sistematização e valorização dos saberes tradicionais da Amazônia, promovendo inovação com foco no desenvolvimento sustentável. Segundo Gil (2019), o estudo exploratório tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou construindo hipóteses a partir de um conjunto de observações preliminares.

A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pelo interesse em dialogar com diferentes interfaces do contexto regional, com saberes tradicionais, ciência, tecnologia, inovação, políticas públicas e sustentabilidade. A abordagem qualitativa permite investigar fenômenos complexos, captando significados, percepções e práticas sociais em profundidade (Gil, 2008; Minayo, 2017).

Um estudo descritivo é uma modalidade de pesquisa que tem como principal objetivo descrever características, fenômenos ou relações observáveis em um determinado contexto, sem, necessariamente, estabelecer relações de causa e efeito ou testar hipóteses. Ele busca organizar, sistematizar e analisar dados de maneira detalhada, fornecendo um panorama aprofundado sobre o objeto de estudo (Gil, 2008; Santos, 2014).

O estudo fundamenta-se em aportes teóricos interdisciplinares, da Ciência da Informação, da Administração, da Educação, da Sociologia, da Tecnologia, da Educação, da Engenharia da Produção e ancorados na literatura da GC, que oferecem ferramentas conceituais para analisar os processos de produção, organização, compartilhamento e uso do conhecimento no âmbito acadêmico.

A Ciência da Informação, conforme Borko (1968) e Le Coadic (2004), preocupa-se com o ciclo informacional e o papel da informação e do conhecimento como recursos estratégico para a tomada de decisão e a inovação. Já a GC, segundo Nonaka e Takeuchi (1997), envolve processos de

criação e disseminação do conhecimento nas organizações, favorecendo o aprendizado coletivo e a inovação contínua.

O percurso metodológico foi estruturado em cinco eixos complementares: a) revisão integrada da literatura; b) levantamento de dados empíricos com pesquisadores de GC no contexto amazônico; c) análise documental e institucional dos órgãos governamentais e instituições sociais; d) análise das atividades de grupos de pesquisas em GC no contexto amazônico; e e) coleta de dados secundários de sites institucionais de diferentes atores que discutem a GC na Amazônia. Cada eixo contribui para compreender diferentes dimensões da GC no contexto regional.

Na primeira fase foi realizada uma Revisão Integrada da Literatura com o objetivo de mapear a produção científica sobre GC na Amazônia, identificando tendências, lacunas de pesquisa, autores e instituições mais atuantes no tema. Foram consultadas bases nacionais e internacionais: Scielo, Web of Science, Scopus, Spell e Google Scholar.

Os critérios de seleção incluíram: i) Publicações entre 2000 e 2025; b) Idioma: português ou inglês; e c) Conteúdo relacionado à GC, integração de saberes tradicionais e inovação tecnológica. Deve-se inferir que esta primeira fase da pesquisa não considerou os aspectos metodológicos e o rigor científico exigidos para uma Revisão Sistemática da Literatura. Portanto, os estudos destacados nos resultados da pesquisa foram selecionados por conveniência dos pesquisadores baseados na produção científica de grupos de pesquisa brasileiros que tratam das temáticas GC no Contexto amazônico.

A revisão teve como objetivo mapear autores, conceitos, abordagens teóricas e lacunas de pesquisa, conforme orientam Tranfield, Denyer; Smart (2003) na condução de revisões sistemáticas. Os descritores utilizados incluíram: GC, Amazônia, saberes tradicionais, inovação sustentável, políticas públicas e desenvolvimento regional. Os dados foram analisados por meio de métricas como volume anual de publicações, frequência de palavras-chave, possibilitando a identificação dos principais conceitos e abordagens (Bornmann; Daniel, 2008). Por fim, as informações foram organizadas em gráficos, tabelas e figuras, sendo discutidos e analisados a partir das discussões e fundamentações descritas no referencial teórico.

O levantamento de dados empíricos com a finalidade de compreender as práticas de GC na Amazônia foi executada com a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com pesquisadores de GC no contexto amazônico. Foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas, por permitir flexibilidade e profundidade nas respostas, conforme recomenda Triviños (2015). As entrevistas foram realizadas de forma online (via Teams), com duração de 60 minutos cada, mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As participantes foram informadas sobre os

objetivos da pesquisa e consentiram com a gravação e utilização de dados, seguindo normas éticas (BRASIL, 2016).

O instrumento de coleta de dados foi elaborado a partir da fundamentação teórica discutida no capítulo anterior abordando a trajetória da pesquisa científica em GC na Amazônia, compreensão de projetos de pesquisa desenvolvidos ou em andamento, produção científica em GC, formação de recursos humanos e compreensão de temas como saberes dos povos originários e a compreensão do papel da GC no contexto do desenvolvimento econômico, tecnológico e social da Amazônia. Abordou-se tópicos como participação comunitária, preservação de saberes, inovação tecnológica e governança territorial, permitindo aprofundamento conforme as respostas (Gil, 2008).

A seleção das pesquisadoras entrevistadas foi intencional e não probabilística, selecionadas com base nos seguintes critérios: a) Atuação em programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES; b) Participação em projetos ou grupos de pesquisa com foco GC no contexto amazônico; e c) Produção científica recente sobre GC na Amazônia. O quadro 3 apresenta o perfil das pesquisadoras entrevistadas. Os dados foram gravados, transcritos e organizados em categorias temáticas.

Quadro 3 – Perfil das Pesquisadoras Entrevistadas

Entrevistada	Universidade	Formação	Grupo de Pesquisa	Anos como pesquisadora
ENTRE 1	UFAM UFPA	Doutora em Ciência da Informação. Graduação em Biblioteconomia	GICA	15
ENTRE 2	UFAM	Doutora em Comunicação e Semiótica. Graduação em Biblioteconomia.	GICA	33

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

As transcrições das entrevistas resultaram em um volume de aproximadamente 30 (trinta) páginas de texto qualitativo. Apenas parte deste volume de dados foi utilizada neste estudo. Portanto, ainda esta disponível para outras análises um material vasto e rico em experiências no desenvolvimento de pesquisas científicas em GC na Amazônia. Uma estratégia relevante para estudos futuros pode ser utilizar softwares de análise de dados qualitativos NVIVO, MAXDATA ou ATLAS TI.

Na análise de relatórios governamentais, diretrizes institucionais e documentos oficiais foram examinados documentos técnicos e institucionais que tratam do desenvolvimento amazônico e das políticas relacionadas à GC e à proteção de saberes tradicionais. A análise contemplou:

- relatórios de órgãos federais e estaduais vinculados à gestão territorial, socioambiental e ao desenvolvimento regional da Amazônia;

- políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, com foco em diretrizes para dados abertos, proteção do conhecimento tradicional e estímulo à inovação sustentável;
- normativas e marcos regulatórios voltados à salvaguarda de conhecimentos tradicionais, incluindo diretrizes relacionadas aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais;
- documentos institucionais do BNDES, MCTI, CNPq, IBAMA e organizações indígenas, que ofertam orientações estratégicas, programas de fomento e projetos em curso na região.

Essa análise documental permitiu identificar diretrizes, atores institucionais, fragilidades normativas e lacunas estruturais que afetam a implementação de práticas de GC na Amazônia, especialmente no tocante à colaboração interinstitucional, à governança de dados e à participação social.

A pesquisa também envolveu o mapeamento da trajetória de grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil (DGP/CNPq) que desenvolvem estudos sobre a Amazônia, conhecimentos tradicionais, inovação sustentável e GC. Foram analisados os seguintes elementos: a) linhas de pesquisa e sua evolução temática; b) produção científica (artigos, teses, dissertações, livros e relatórios técnicos); c) redes de colaboração entre pesquisadores, instituições, comunidades tradicionais e organizações governamentais; e d) parcerias científicas e comunitárias voltadas à construção coletiva de conhecimento e à inovação no contexto amazônico.

Os achados foram integrados aos resultados da revisão bibliométrica, possibilitando identificar tendências emergentes, centralidades conceituais, lacunas de pesquisa e potenciais convergências interdisciplinares.

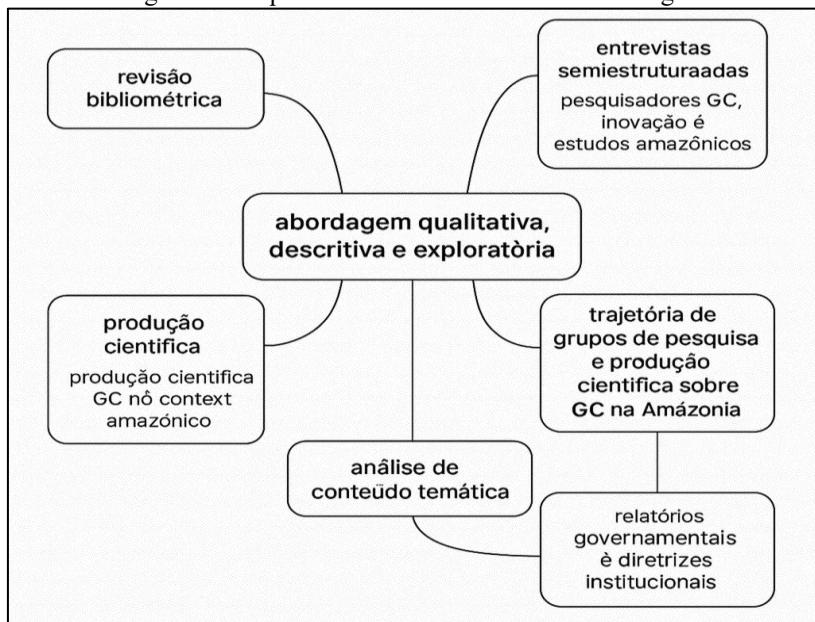
Os dados qualitativos provenientes das entrevistas, documentos institucionais e revisões bibliográficas foram submetidos à análise de conteúdo temática, conforme os procedimentos de Bardin (2016). Essa técnica permitiu organizar e interpretar o corpus textual em eixos analíticos, tais como: a) integração de saberes (tradicionais e científicos); b) desafios sociopolíticos da GC na Amazônia; c) governança da informação e dos conhecimentos locais; d) inovação sustentável e tecnologias sociais; e e) inclusão de povos indígenas e comunidades locais.

Combinando métodos bibliométricos, análise documental e entrevistas qualitativas, a metodologia adotada possibilitou uma visão abrangente do estado da arte da GC na Amazônia. Os resultados permitiram evidenciar a necessidade de modelos participativos, mecanismos de governança transparentes e políticas integradas que valorizem tanto os saberes tradicionais quanto as inovações científicas e tecnológicas.

Como procedimentos de análise de dados coletados optou-se pela triangulação dos dados entre revisão bibliométrica, entrevistas e análise documental, garantindo confiabilidade e robustez nos resultados (Triviños, 2011). As categorias emergentes foram organizadas em quadros e mapas conceituais, facilitando a visualização das relações entre atores, práticas de GC, políticas públicas e promoção da inovação com foco no desenvolvimento sustentável.

O mapa conceitual do percurso metodológico apresentado na figura 1 foi elaborado para organizar visualmente as relações entre os atores (comunidades locais, pesquisadores e governo), os processos de GC (co-criação, documentação, compartilhamento) e os resultados esperados (desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e inovação).

Figura 2 - Mapa Conceitual do Percurso Metodológico



Fonte: dados da pesquisa, 2025.

Por fim, deve-se destacar que a pesquisa respeitou os princípios éticos definidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (2016), assegurando o anonimato dos participantes e o uso dos dados exclusivamente para fins científicos. Todos os entrevistados concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A combinação de métodos como: revisão bibliométrica, análise documental e entrevistas qualitativas possibilitou construir uma compreensão abrangente da GC no contexto amazônico. Os resultados evidenciaram:

- a necessidade de modelos participativos de GC, que articulem conhecimentos científicos e saberes tradicionais;

- a importância de mecanismos de governança de dados transparentes e sensíveis às pautas territoriais e identitárias;
- a urgência de políticas públicas integradas, capazes de fortalecer redes colaborativas, garantir respeito aos direitos dos povos indígenas e fomentar inovações alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Seção 4 apresenta, analisa e discute os resultados à luz do objetivo central do estudo, qual seja, compreender de que modo a GC pode ser mobilizada para preservar, sistematizar e valorizar saberes tradicionais na Amazônia e, simultaneamente, orientar inovação comprometida com o desenvolvimento sustentável. Parte-se do pressuposto, consolidado na literatura clássica, de que a GC constitui um arcabouço para criação, compartilhamento e aplicação do conhecimento em organizações e redes sociotécnicas (Davenport; Prusak, 1998; Nonaka; Takeuchi, 2008). Entretanto, quando deslocada para um território socioecológico e epistemicamente plural como a Amazônia, essa agenda tende a ser tensionada por dimensões que os modelos organizacionais convencionais frequentemente tratam de modo periférico, tais como territorialidade, assimetrias históricas, regimes coletivos de propriedade do conhecimento e salvaguardas éticas frente à apropriação indevida (Berkes, 2015; Santos; Meneses, 2010). Assim, nesta seção, sustenta-se que os resultados não devem ser lidos apenas como descrição do estado da arte, mas como evidência de um campo em disputa, no qual GC é reconfigurada como prática socioterritorial, simultaneamente cognitiva, política e institucional. A apresentação dos achados organiza-se em três frentes metodologicamente complementares: (i) resultados da revisão integrada da literatura, que delineiam tendências, núcleos semânticos, atores e lacunas; (ii) análise qualitativa das entrevistas com pesquisadoras de referência, que explicita convergências e tensões entre teoria e experiência situada; e (iii) análise documental de relatórios, diretrizes e marcos reguladores, que permite observar como políticas e instituições condicionam, habilitam ou bloqueiam ecossistemas de conhecimento inclusivos. Ao articular essas camadas, pretende-se evidenciar implicações para a pesquisa e para políticas públicas, com ênfase em modelos participativos, transparência na governança da informação e institucionalização de canais de diálogo efetivamente inclusivos (Whittemore; Knafl, 2005; Tranfield; Denyer; Smart, 2003).

4.1 RESULTADOS DA PRIMEIRA FASE DA PESQUISA: REVISÃO INTEGRADA DA LITERATURA

A primeira fase da pesquisa consistiu na realização de uma Revisão Integrada da Literatura (RIL), cujo objetivo foi mapear a produção científica sobre GC no contexto amazônico, identificando tendências, recorrências e lacunas de investigação. Esse tipo de revisão permite analisar e sintetizar o conhecimento existente de forma ampla e flexível, especialmente quando se trata de fenômenos complexos e multifacetados. Conforme destacam Whittemore e Knafl (2005), a revisão integrada é particularmente útil quando a literatura é heterogênea, pois “permite a combinação de estudos teóricos e empíricos, possibilitando uma compreensão mais completa do fenômeno investigado” (Whittemore; Knafl, 2005, p. 547).

Para a busca dos estudos, foram consultadas bases nacionais e internacionais reconhecidas como: SciELO, Web of Science, Scopus, Spell e Google Scholar, considerando publicações entre 2000 e 2025, no idioma português ou inglês e relacionadas à GC, à integração entre saberes tradicionais e científicos e à inovação tecnológica voltada ao desenvolvimento amazônico.

Entretanto, diferentemente de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), esta etapa não seguiu protocolos rígidos, como PRISMA. A RSL caracteriza-se por procedimentos padronizados, reproduzíveis e orientados pelo rigor metodológico. Para Tranfield, Denyer e Smart (2003), a revisão sistemática funciona como um processo de investigação estruturado, pois “segue um método robusto, transparente e replicável para identificar, avaliar e sintetizar evidências existentes” (Tranfield; Denyer; Smart, 2003, p. 209). Assim, a ausência desses protocolos implica que os resultados obtidos aqui são exploratórios, não exaustivos dentro dos parâmetros metodológicos.

Neste estudo, optou-se intencionalmente pela abordagem integrada, devido às particularidades da temática. Como apontam Botelho, Cunha e Macedo (2011), a revisão integrada “viabiliza a inclusão de diferentes metodologias, ampliando o escopo analítico e favorecendo sínteses críticas e reflexivas” (Botelho; Cunha; Macedo, 2011, p. 126).

Dessa forma, deve-se inferir que a seleção dos estudos não se pretendeu exaustiva nem replicável, características típicas da RSL, mas foi guiada pela conveniência e pela relevância temática, considerando a produção de grupos de pesquisa brasileiros que se destacam nas discussões sobre GC na Amazônia, saberes tradicionais, inovação e políticas públicas no contexto amazônico. Conforme ressalta Cooper (1988), revisões integrativas são adequadas quando o objetivo é “sintetizar o conhecimento existente, identificar padrões e propor novas direções de pesquisa”, especialmente em campos em desenvolvimento.

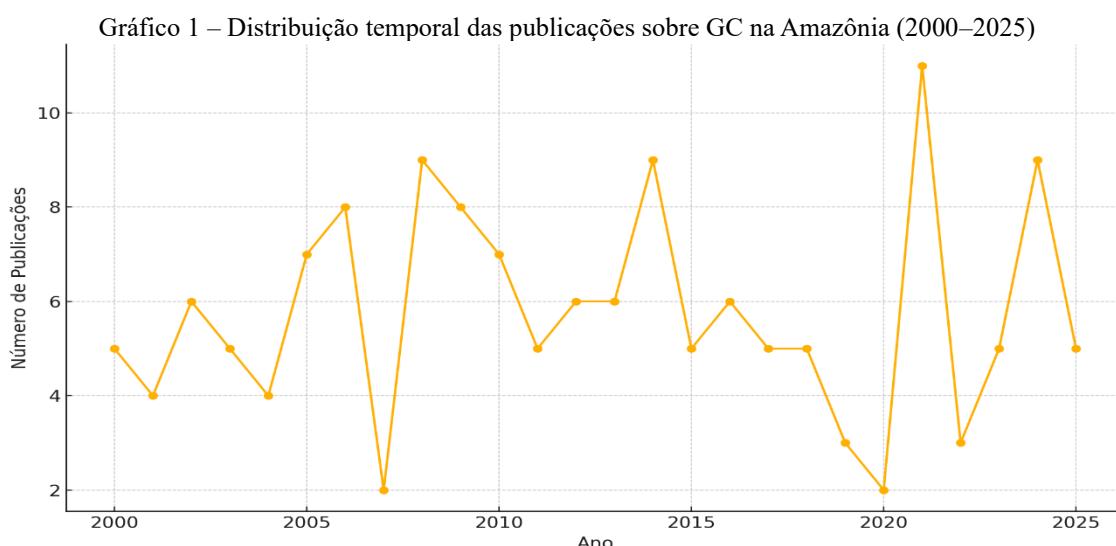
A adoção dessa abordagem mostrou-se pertinente ao propósito desta fase exploratória, permitindo mapear o estado da arte, organizar contribuições relevantes e subsidiar análises subsequentes mais aprofundadas, incluindo discussões epistemológicas, bibliométricas e políticas relacionadas à GC no contexto amazônico.

Os resultados estão organizados em sete seções: (i) evolução temporal, (ii) frequência de temas e palavras-chave, (iii) redes de coautoria e clusters, (iv) autores e instituições de destaque, (v) síntese temática, (vi) lacunas e (vii) implicações para políticas públicas e pesquisas futuras.

4.1.1 Panorama Geral da Produção Científica (2000–2025)

A busca realizada nas bases SciELO, Web of Science, Scopus, Spell e Google Scholar resultou inicialmente em 1.147 estudos relacionados aos descritores estabelecidos. Após a aplicação dos critérios de inclusão (período 2000–2025; idiomas português/inglês; aderência temática a GC, saberes tradicionais, inovação sustentável ou Amazônia), foram selecionados 178 artigos para leitura integral e 92 artigos para análise detalhada.

A amplitude do recorte temporal permitiu observar a consolidação gradual da temática, especialmente a partir de 2010, quando cresce o interesse por inovação sustentável, políticas públicas de CT&I e integração entre conhecimentos tradicionais e científicos.



A literatura analisada revela um incremento significativo de estudos após 2010, coincidente com a ampliação de agendas governamentais voltadas à promoção da inovação, ciência e tecnologia na Amazônia. A partir de 2015, observa-se maior densidade de estudos sobre bioeconomia,

governança de bens comuns, educação intercultural, sistemas digitais de documentação, e gestão de saberes tradicionais.

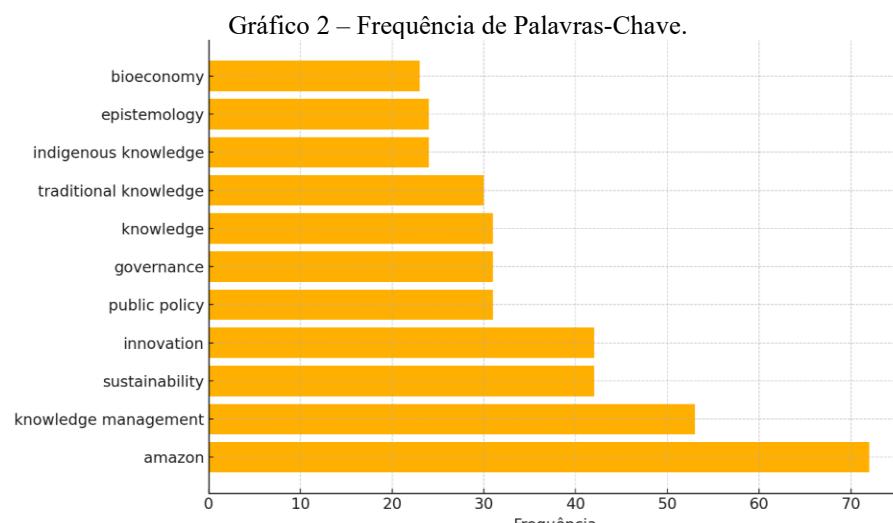
Silva e Gomes (2021) enfatizam que “a compreensão da Amazônia como sistema complexo exige abordagens de GC capazes de integrar epistemologias plurais e tecnológicas”. Do mesmo modo, Santos (2010) sustenta que a ecologia de saberes é fundamental para enfrentar desigualdades epistêmicas históricas entre conhecimento científico e conhecimento tradicional.

O gráfico 1 mostra oscilações importantes, com picos de produção em 2008, 2014, 2021 e 2024, sugerindo momentos-chave em que temas ligados à Amazônia, GC, bioeconomia e saberes tradicionais ganharam destaque em agendas públicas e científicas.

Principais interpretações possíveis:

- O aumento após 2015 coincide com o avanço da discussão sobre PPCDAm, governança territorial e agendas internacionais (ODS).
- O salto em 2021–2024 pode estar associado à ascensão da bioeconomia amazônica, digitalização e pesquisa sobre saberes tradicionais.
- As quedas pontuais indicam períodos de menor financiamento público ou reorientação temática nacional.

O gráfico 2 de frequência de palavras-chave revela que os termos dominantes são: Amazon, knowledge management, Sustainability and innovation. Os temas centrais que articulam GC e desenvolvimento sustentável. Como termos emergentes ligados à agenda identitária destacam-se: traditional knowledge, indigenous knowledge and epistemology. Ao analisar as palavras-chaves percebe-se uma crescente valorização de epistemologias amazônicas e saberes locais. Por fim, contata-se um eixo político-institucional como: public policy, governance. Mostra que parte da literatura analisa GC como instrumento de gestão territorial e políticas públicas.



Fonte: dados da pesquisa, 2025.

A análise de frequência de palavras-chave revela cinco núcleos semânticos centrais: a) GC (*Knowledge Management*); b) Saberes Tradicionais / Conhecimento Indígena; c) Inovação e Transformação Digital; d) Bioeconomia e Sociobiodiversidade; e e) Desenvolvimento Regional / Governança Territorial.

Este conjunto sugere um campo orientado por abordagens híbridas, que articulam, conhecimento organizacional (Sveiby, 1998; Nonaka; Takeuchi, 2008;), epistemologias do Sul (Santos, 2011, 2014) e sistemas socioecológicos (Brondízio *et al.*, 2016).

Quadro 4 – Instituições com maior produção relacionada à GC na Amazônia (2000–2025)

Instituição	Temáticas predominantes	Evidências da literatura
UFPA	Sistemas de informação territorial, sociobiodiversidade	Lima (2018), Farias (2017)
INPA	Etnoconhecimento, biodiversidade, documentação	Menezes (2020)
UFAM	Políticas de C,T,I, governança digital	Braga (2022)
UFOPA	Comunidades tradicionais e ribeirinhas	Santos (2019)
FIOCRUZ Amazônia	Saberes tradicionais em saúde	Rocha (2019)

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

A predominância de instituições amazônicas (UFPA, INPA, UFAM, UFOPA) confirma a tese de Barbalho *et al.* (2023) de que a produção sobre saberes tradicionais e GC deve emergir do território, evitando leituras descontextualizadas de centros hegemônicos do Sul Global ou eixo Sul-Sudeste

Autores como Farias (2017), Lima (2018) e Menezes (2020) reforçam o papel da sociobiodiversidade e do conhecimento ecológico tradicional na governança territorial. Essas produções respondem ao alerta de Berkes (2015) sobre a urgência de integrar conhecimento científico e conhecimento local para sistemas adaptativos resilientes.

A presença crescente de pesquisas sobre inovação e tecnologias sociais (D'Ávila; Moreira, 2020 e Braga, 2022) mostra o alinhamento da região às tendências globais da Indústria 4.0, mas com leitura amazônica — inclusiva, comunitária e relacional (Stradioto; Frazzon, 2023).

A análise interpretativa permitiu identificar cinco tendências temáticas estruturantes na literatura, apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Tendências temáticas identificadas na literatura sobre GC na Amazônia

Tendência	Descrição	Contribuições dos autores
Integração de saberes	Articulação entre conhecimentos científicos e tradicionais	Santos (2010), Rocha (2019)
Inovação tecnológica	Plataformas digitais, SIG, bancos de dados	Braga (2022)
Governança territorial	Políticas públicas, planejamento e gestão	Acselrad (2015)
Sociobiodiversidade	Cadeias produtivas sustentáveis	Lima (2018)
Educação e transmissão	Formação de jovens e práticas intergeracionais	Menezes (2020)

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

A temática integração de saberes na literatura evidencia a centralidade de epistemologias indígenas, quilombolas e ribeirinhas (Almeida, 2014; Battiste, 2019; Santos; Meneses, 2019). Por outro lado, a “ecologia de saberes” de Santos (2010) é a principal lente teórica aqui destacada. Na visão de Santos, (2011, p.13), “Não há justiça cognitiva sem o reconhecimento de múltiplos modos de conhecer.”

Essa perspectiva dialoga com a etnoecologia de Toledo; Barrera-Bassols (2009) e com a crítica de Agrawal (2002) à fragmentação entre conhecimento indígena e conhecimento ocidental.

Em relação a inovação tecnológica Ferreira; Mendes (2019), Braga (2022) e Schott; Steinmuller (2023) articula-se com a visão de Bellini; Raglanti (2025) sobre ecossistemas digitais de conhecimento, nos quais a digitalização não substitui, mas enriquece sistemas tradicionais.

A emergência de plataformas de documentação e preservação digital (Steeves, 2015; McGrew *et al.*, 2023; NESsT, 2025) reforça oportunidades e riscos, sendo: as oportunidades: visibilidade, registro, proteção jurídica e os riscos: apropriação indevida, colonialismo digital, bioepistemicídio (Gebara *et al.*, 2023).

A governança desses sistemas é destacada por RNP (2025), que defende protocolos éticos para dados sensíveis.

Em relação a tendência governança territorial, Acselrad (2015), Cardoso; Pimenta (2019) e Castro, Lima; Zucarelli (2021) defendem que GC na Amazônia é inseparável da gestão ambiental, dos conflitos fundiários e da participação social. Essa visão é reforçada por Brondizio *et al.* (2016), que descrevem a Amazônia como um complexo socioecológico, no qual decisões territoriais dependem de fluxos de conhecimento situados.

A Sociobiodiversidade e Bioeconomia amazônica, segundo Schmitz (2020) e EMBRAPA (2021) necessita de modelos de GC capazes de documentar, rastrear e proteger conhecimentos associados à biodiversidade. Neste sentido, a crítica de Silva; Oliveira (2020) à biopirataria reforça a necessidade de GC que respeite direitos coletivos, como previsto no Protocolo de Nagoya.

Gebara; *et al.* (2023) alertam para o risco de bioepistemocídio, quando cadeias produtivas ignoram conhecimentos tradicionais. Assim, GC não é mero “registro”, mas proteção, reconhecimento e redistribuição justa de benefícios.

Por fim, com relação a educação e transmissão intergeracional Rocha (2019), Loureiro; Almeida (2022) e Menezes (2020) defendem que saberes amazônicos se transmitem por imersão comunitária, oralidade e práticas corporais. Portanto, a GC na Amazônia precisa de abordagem centrada nas pessoas, não apenas em bases de dados (Polanyi, 1966; Wenger, 1998).

4.1.2 Lacunas Identificadas — Comentários Críticos

A partir da revisão integrada da literatura foi possível identificar algumas lacunas teóricas, metodologias e contextuais. Assim, pode-se destacar como os principais pontos críticos evidenciados na literatura.

- Ausência de modelos teóricos amazônicos

Confirmada por Fonseca; Zaninelli (2024; 2025), que propõem modelos de GC indígena.

- Déficit de estudos longitudinais.

Barbalho (2021) argumenta que há muitas análises descritivas e poucas avaliações de impacto.

- Falta de integração universidade-comunidade.

Almeida; Szwarcwald (2020) destacam barreiras sociopolíticas que dificultam a inclusão de populações tradicionais.

- Fragilidade de plataformas digitais éticas

Teeves (2015) e McGrew *et al.* (2023) mostraram riscos de vazamento de dados sensíveis.

- Pouca articulação entre GC e políticas públicas

Teixeira (2020) e Santos; Costa (2021) reforçam essa lacuna.

Essas lacunas não são apenas científicas, mas estruturais ligam-se ao reconhecimento histórico limitado das populações amazônicas em políticas de ciência e tecnologia.

4.2 ANALISE QUALITATIVA DAS ENTREVISTAS COM PESQUISADORAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO AMAZONICO

A GC tem evoluído, nas últimas décadas, de um campo orientado por modelos organizacionais relacionados com a estratégia empresarial como os definidos por Alavi e Leidner (2001), Davenport e Prusak (1998) e Nonaka; Takeuchi (2008) e para um campo de estudo mais diverso, capaz de dialogar com epistemologias, realidades culturais e modos de produção de conhecimento distintos. No contexto amazônico, essa transição se torna ainda mais evidente, pois as dinâmicas territoriais, os regimes de conhecimento tradicionais, a diversidade sociocultural e o histórico de desigualdades estruturais impõem desafios e possibilidades singulares como destacam as pesquisadoras entrevistadas.

O corpus empírico utilizado para esta análise consiste nas entrevistas qualitativas com Profa. Célia Regina Simonetti Barbalho, pioneira nas pesquisas de GC na Amazônia, e Profa. Danielly Oliveira Inomata, pesquisadora da UFAM e UFPA cuja atuação contemporânea articula GC, sustentabilidade e fluxos informacionais no contexto amazônico.

A análise foi conduzida segundo a metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), com categorização temática e interpretação crítica do corpus, confrontando-o com literatura contemporânea sobre a) integração de saberes (tradicionais e científicos); b) desafios sociopolíticos da GC na Amazônia; c) governança da informação e dos conhecimentos locais; d) inovação sustentável e tecnologias sociais; e) inclusão de povos indígenas e comunidades locais; f) trajetória das pesquisas em GC no contexto amazônico; g) grupos de pesquisa em GC na Amazônia; e h) agenda de pesquisas em andamento e futura da GC na Amazônia.

A partir das entrevistas e literatura, é possível delinejar uma agenda contemporânea robusta sobre a temática GC no contexto amazônico.

A agenda de pesquisas em GC na Amazônia tem como ponto de partida os estudos sobre GC indígena e proteção intelectual. Como destacado nos estudos de Fonseca (2024) que estuda a modelagem conceitual de GC indígena e estudos de Gebara, et.al., (2023) que trata de análises sobre bioepistemocídio e o Observatório nacional da produção indígena.

A pesquisadora ENTRE 1 destaca como agenda as pesquisas de GC, fluxos de informação e mudanças climáticas. De acordo com a pesquisadora ENTRE 1 esta em andamento a pesquisa sobre desinformação climática e resiliência organizacional frente aos efeitos ambientais na Amazônia.

Estudos de Castro; Zucarelli, (2021) tratam da governança informacional integrada. Focados na construção de sistemas que unam dados científicos, socioambientais e tradicionais.

Por outro lado, Cardoso; Pimenta (2019) discutem a GC e bioeconomia/sociobioeconomia ao desenvolverem estudos sobre cadeias produtivas da sociobiodiversidade e tecnologias sociais.

Por fim, estudos como de Correa, *et al.* (2023) colocam na agenda de pesquisa a GC em organizações públicas na Amazônia. Contribuindo com esta agenda Cunha; Meirelles, (2022) tratam de mecanismos de inovação para políticas públicas no contexto amazônico.

Sintetizando a agenda atual e futura de pesquisa em GC na Amazônia o quadro 6 apresenta os fundamentos para compreensão e fundamentação dos estudos.

Quadro 6 – Agenda Atual e Futura de Pesquisas em GC na Amazônia

Linha de Pesquisa	Pesquisadores / Evidências	Desdobramentos Científicos
GC Indígena	A pesquisadora ENTRE 2 relata que a formação de uma rede de pesquisadores é fundamental para fortalecer as pesquisas no contexto amazônico; Reforça a necessidade de investigar modelos epistemológicos.	Modelos conceituais (Fonseca, 2024) e proteção intelectual.
Desinformação Climática	A pesquisadora ENTRE 1 coordena estudos sobre fluxos informacionais.	Articulação GC-clima; tomada de decisão baseada em evidências.
Bioeconomia e tecnologias sociais	Pesquisas sobre Pimenta Baniwa e cadeias sustentáveis.	Integração GC-inovação territorial (EMBRAPA, 2023).
Governança da informação	Projetos de repositório integrado e tesouros amazônicos.	Ecossistemas de conhecimento (Bellini, 2025).

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

4.2.1 Integração de Saberes (Tradicionais e Científicos)

A integração entre saberes tradicionais e científicos emergiu, nas entrevistas, como um dos eixos centrais de ressignificação da GC no contexto amazônico. A literatura também aponta esse movimento como essencial para enfrentar desafios socioambientais e construir alternativas de desenvolvimento sustentáveis (Berkes, 2015; Escobar, 2016; Leff, 2021)

A ENTRE 2 salienta que o conhecimento indígena opera por dinâmicas que desafiam completamente os modelos tradicionais da GC. Em suas palavras: “Desconstrói absolutamente todos os conceitos” de GC ao se observar a lógica relacional, ritualística e cosmológica que rege o conhecimento indígena

Essa visão dialoga com Agrawal (2002), que argumenta que classificações ocidentais tendem a reduzir a complexidade dos conhecimentos tradicionais, e com Battiste (2019), ao defender a decolonização epistemológica como condição para compreender sistemas de conhecimento indígenas.

O quadro 7 a seguir foi elaborado considerando os dados qualitativos coletados nas entrevistas e sua relação com o referencial teórico e os autores que fundamentam este estudo.

Quadro 7 – Integração de Saberes (Tradicionais e Científicos) na GC Amazônica

Dimensão	Evidências do Corpus	Relação com a Literatura
Natureza do conhecimento tradicional	Saberes transmitidos por ritos, convivência, práticas coletivas e escolhas espirituais; “desconstrói absolutamente todos os conceitos” clássicos de GC conforme afirma a ENTRE 2.	Berkes (2015) sobre ecologia sagrada; Agrawal (2002) sobre classificação de saberes; Fonseca; Zaninelli (2024) sobre GC indígena.
Coprodução ciência-tradição	GC amazônica deve incorporar valores e saberes locais às organizações segundo relatos da ENTRE 1.	Jasanoff (2004) e Cassino; <i>et al.</i> (2025) sobre coprodução de sistemas de conhecimento.
Tensões epistemológicas	Necessidade de abandonar categorias ocidentais rígidas para compreender cosmologias indígenas de acordo com a ENTRE 2.	Leff (2021) e Escobar (2016) sobre epistemologias territoriais e decoloniais.

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

A pesquisadora entrevistada (ENTRE 2) reforça que “a gestão do conhecimento no contexto amazônico significa incorporar valores e saberes à cultura organizacional” e reconhecer que as instituições amazônicas já assumem elementos de sustentabilidade e tradição em suas missões e práticas institucionais. Esse entendimento aproxima-se de Jasanoff (2004), para quem conhecimento científico e social são coproduzidos; e de Cassino; *et al.* (2025), que defendem que pensar com os povos da Amazônia pode expandir sistemas de conhecimento contemporâneos

Neste sentido, a pesquisadora entrevistada ENTRE 2 explica que, entre povos indígenas, a socialização ocorre: a) por ritos; b) danças; c) convivência no preparo dos alimentos; d) cultivos comunitários; e e) escolha espiritual de aprendizes, como no caso dos pajés.

Portanto, estes resultados contrastam com os ciclos SECI de Nonaka; Takeuchi (2008), baseados em conversão tácito-explicativo. Como destaca Polanyi (1966), o conhecimento tácito é sempre maior que o explícito e na Amazônia, permanece primariamente tácito por razões culturais, espirituais e de proteção coletiva segundo as pesquisadoras entrevistadas.

4.2.2 Desafios Sociopolíticos da Gestão do Conhecimento na Amazônia

Os desafios sociopolíticos formam uma categoria transversal, articulando desigualdades históricas, barreiras institucionais, pressões ambientais e disputas geopolíticas. Conforme relato da ENTRE 1 pode-se afirmar que pesquisadores do Norte convivem com “a assimetria da pós-graduação”, o que exige parcerias interestaduais e fortalecimento de programas regionais como UFAM e UFPA

Essa assimetria foi amplamente documentada por Bentes-Gama (2012) e Bursztyn (2015) que descrevem a marginalização histórica da Amazônia nas políticas de ciência e tecnologia

Como destacado pela ENTRE 2, que pesquisas com povos originários exigem múltiplas autorizações, como FUNAI e Comitê de Ética, tornando o processo “extremamente complexo” e burocrático, sobretudo em abordagens etnográficas. A Resolução 510/2016 do CNS reforça a

necessidade de cuidados éticos em pesquisas com populações vulneráveis, prevista igualmente por Diegues (2000) e Bernard; Jorgensen (2022) na discussão de ética colaborativa em conhecimentos tradicionais.

A ENTRE 1 relata que vem investigando fluxos de informação e desinformação relacionados às mudanças climáticas, tema crítico numa região que vive sob “pontos de virada” ecológicos, questão também relatada nos estudos de Nobre; Borma (2009) e tensões políticas associadas à desinformação ambiental. Portanto, a GC torna-se, assim, um mecanismo de governança cognitiva diante de conflitos narrativos sobre clima, floresta e território.

Deve-se refletir sobre a exploração econômica dos saberes. A ENTRE 2 alerta para a vulnerabilidade dos conhecimentos tradicionais frente ao interesse de indústrias farmacêuticas e biotecnológicas, afirmando: “Imagina a indústria farmacêutica louca para botar a mão no monte de conhecimento que eles têm”.

Essa preocupação é corroborada por Matheus (2019) e Gebara *et al.* (2023), que discutem a ameaça do bioepistemicídio, isto é, a apropriação e apagamento dos sistemas de conhecimento indígenas pela economia global da biotecnologia.

O quadro 8 sintetiza os desafios sociopolíticos da GC na Amazônia e relaciona os desafios com a literatura.

Quadro 8 – Desafios Sociopolíticos da GC na Amazônia

Categoría	Evidências das Entrevistas	Diálogo com Estudos Científicos
Assimetrias acadêmicas e regionais	A ENTRE 1 relata a disparidades históricas entre Norte e demais regiões relacionadas a formação de recursos humanos. Reforça a necessidade de fortalecimento da pós-graduação regional.	Bursztyn (2015); Bentes-Gama (2012) sobre desigualdade de infraestrutura científica.
Burocracia e ética em pesquisas com indígenas	Necessidade de múltiplas autorizações (ENTRE 2).	Bernard; Jorgensen (2022); Resolução CNS 510/2016.
Exploração econômica dos saberes	“Indústria farmacêutica louca para botar a mão nos conhecimentos” (ENTRE 2)	Matheus (2019); Gebara <i>et al.</i> (2023) sobre bioepistemicídio.
Desinformação climática	Trata-se de tema central de projetos coordenados pela ENTRE 1.	Nobre; Borma (2009); Brondízio <i>et al.</i> (2016).

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

4.2.3 Governança da Informação e dos Conhecimentos Locais

A temática governança da informação e dos conhecimentos locais, descrita no quadro 9, emerge como eixo estratégico para integrar dados, proteger saberes tradicionais e estruturar ecossistemas informacionais.

Quadro 9 – Governança da Informação e dos Conhecimentos Locais

Dimensão	Situações do Corpus	Referencial Teórico
Fragmentação informacional	Inexistência de sistema integrado sobre a Amazônia; projetos para repositórios unificados (ENTRE 2).	Castro; Zucarelli (2021); Freire; Lima (2020).
Proteção intelectual	Demandas por restrições de acesso e salvaguarda (ENTRE 2).	McGrew <i>et al.</i> (2023); Matos; Tenazor (2019).
Governança comunitária	Conhecimento coletivo e não mercantilizado (ENTRE 2).	Almeida (2014); Cunha (2007) sobre coletividades tradicionais.

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

A pesquisadora ENTRE 2 argumenta que falta um “grande sistema referencial de informações integradas sobre a Amazônia” e que seus projetos buscam justamente “estruturar um repositório unificado” que conecte dados científicos, socioambientais e tradicionais.

Essa lacuna é reconhecida por autores como Freire; Lima (2020) e Castro, Carvalho; Zucarelli (2021) e que destacam a necessidade de governança informacional integrada para políticas ambientais e territoriais no contexto amazônico.

Torna-se evidente que é necessário salvaguarda e proteção intelectual do território amazônico. Estudo de McGrew *et al.*, (2023), aponta que conhecimento tradicional exige mecanismos de proteção específicos, como: a) licenciamento adequado; b) proteção jurídica; c) metadados específicos; e d) governança ética da informação.

A pesquisadora e entrevistada ENTRE 2 que trabalha desde o CBA e no PROFNIT com questões de propriedade intelectual e afirma que a GC na amazônica precisa considerar restrições de acesso, pois certos conhecimentos não podem ser abertos amplamente sem risco de exploração externa.

A governança comunitária reforça sistemas de governança indígenas não se baseiam em noções ocidentais de propriedade, mas em coletividade, reciprocidade e territorialidade como destacado nos estudos de Cunha (2007) e Almeida (2014).

Portanto, a prática de governança implica diretamente nas estratégias de GC que devem respeitar: a) tomada de decisão distribuída; b) autoridade cultural e espiritual e c) proteção cosmológica dos conhecimentos.

4.2.4 Inovação Sustentável e Tecnologias Sociais

A GC é reconhecida como recurso estruturante para inovação sustentável como aponta a ENTRE 1 ao afirmar que a GC pode “direcionar conhecimentos alinhados à sustentabilidade nas dimensões cultural, econômica, ambiental e tecnológica”

Essa visão corresponde à noção de sustentabilidade informacional destacada nos estudos de Barbosa; Schneider (2015) e nos estudos seminais de Geraldo, Pinto; Duarte (2022). Também discutidas nas abordagens de ecossistemas de conhecimento por Bellini; Raglanti (2025).

Ao destacar as tecnologias sociais como solução amazônica a ENTRE 2 destaca a produção da pimenta baniwa como exemplo de GC em tecnologia social: produção comunitária, divisão tradicional de papéis e inovação orientada à autonomia econômica indígena.

Neste sentido, autores como Fleury, Lobato; Dantas (2019) e D'Ávila (2020) defendem que tecnologias sociais são mais eficazes em territórios amazônicos por respeitarem tradições, coletividades e sistemas ecológicos locais

Refletindo sobre inovação acadêmica e tecnológica ficou evidente que a atuação da ENTRE 2 no CBA, implantando estruturas de GC, inteligência competitiva e propriedade intelectual, demonstra um modelo pioneiro de inovação institucional orientada à bioeconomia. A literatura sobre bioeconomia amazônica (EMBRAPA, 2021; Costa; Almeida, 2023) reforça essa articulação entre ciência, território e conhecimento tradicional.

4.2.5 Inclusão de Povos Indígenas e Comunidades Locais

A GC indígena como ruptura epistemológica e discutida nos relatos da pesquisadora ENTRE 2 ao afirmar que para trabalhar GC com povos originários exige “se desprender de muitos conceitos da gestão do conhecimento” porque o conhecimento indígena tem natureza cosmológica, espiritual e relacional.

Essa compreensão dialoga com Fonseca; Zaninelli (2024), que propõem modelos conceituais de GC indígena, e com a abordagem de Escobar (2016) sobre o “sentir-pensar com a Terra”.

A pesquisadora ENTRE 2 menciona a criação de um observatório nacional da produção de acadêmicos indígenas, que busca mapear trajetórias intelectuais e fortalecer autonomia epistemológica desses grupos.

Neste sentido, a pesquisadora ENTRE 1 reforça que sua atuação UFAM–UFPA contribui para ampliar a participação indígena e regional em programas de pós-graduação, reduzindo desigualdades históricas do contexto regional.

4.2.6 Trajetória das Pesquisas em GC no Contexto Amazônico

A gênese da pesquisa em GC no contexto amazônico tem como ponto de partida os estudos fundamentados no campo da biblioteconomia e gestão. A pesquisadora ENTRE 2 relata que iniciou suas pesquisas na década de 1990, quando ainda era “a única doutora do curso de biblioteconomia

por quase 20 anos” e começou investigando gestão em bibliotecas e diagnósticos tecnológicos na UFAM.

O ponto de virada foi a atuação da ENTRE 2 no campo da biotecnológica. Assim, sua atuação no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) por 12 anos marca uma virada significativa que posicionou GC como ferramenta estratégica para apoiar o nascente polo de bionegócios na região. Essa fase antecipou tendências atuais da bioeconomia territorial como fica evidenciado nos estudos de Fernandes; *et al.*, (2025).

O quadro 10 sintetiza a trajetória das pesquisas em GC na Amazônia.

Quadro 10 – Grupos e Trajetórias de Pesquisa em GC na Amazônia

Tema	Evidências das Entrevistas	Síntese Interpretativa
Origem dos estudos	Pesquisas iniciais da ENTRE 2 nos anos 1990 em biblioteconomia e diagnósticos organizacionais.	A GC amazônica nasce dentro da ciência da informação, com forte olhar institucional.
Virada biotecnológica	Experiência de 12 anos no CBA estruturando GC, inovação e propriedade intelectual. (ENTRE 2)	Marco que liga GC à bioeconomia e à política industrial regional.
Expansão em rede	Atuação simultânea UFAM–UFPA e ampliação da pós-graduação (ENTRE 1).	Fortalecimento institucional e novas linhas de pesquisa em sustentabilidade e fluxos informacionais.
GICA	Estruturação de linhas voltadas para GC; Inclusão de GC no nome do grupo e foco amazônico.	Consolidação de ecossistema de pesquisa em GC no Norte.

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

Por fim, em 2019, a reformulação do grupo de pesquisa culminou na criação do GICA, inserindo definitivamente a GC como eixo de investigação central na UFAM e fortalecendo estudos de saberes tradicionais, mulheres na ciência e proteção intelectual como relatado pelas pesquisadoras.

4.2.7 Grupos de Pesquisa em Gestão do Conhecimento na Amazônia

Este estudo buscou compreender a estratégia de GC no contexto amazônico. Neste sentido a pesquisadora ENTRE 1 descreve o GICA como continuador do histórico NEPCI, voltado a estudar características da informação e do conhecimento como elementos gerenciais, com “especial foco no contexto amazônico”.

Sob coordenação da pesquisadora e entrevistada ENTRE 2, o GICA passou a desenvolver pesquisas sobre: a) conhecimento indígena; b) GC em organizações públicas; c) tecnologias sociais; d) sustentabilidade informacional; e e) bioeconomia.

Os relatos das pesquisadoras reforçam E evidenciam algumas redes nacionais emergentes como o observatório dos acadêmicos indígenas e as parcerias nacionais refletem o amadurecimento da GC na Amazônia como campo de pesquisa relevantes.

O quadro 11 sintetiza os grupos de pesquisa em GC na Amazônia as linhas de pesquisa e as principais contribuições para o contexto regional.

Quadro 11 – Grupos de Pesquisa em GC na Amazônia

Grupo / Instituição	Evidências das Entrevistas	Linha de Atuação	Contribuições para a GC Amazônica
GICA – Grupo de Pesquisa em Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (UFAM)	Reformulado em 2019; Inclui GC no nome do grupo conforme relato da ENTRE 1.	Informação, GC, inovação, sustentabilidade.	Integra ensino, pesquisa e extensão; histórico de formação de quadros regionais.
DICA – Desenvolvimento, Informação, Conhecimento e Amazônia (UFAM)	Estruturado pela pesquisadora e entrevistada ENTRE 2; Forte atuação em TCIs, GC indígena e propriedade intelectual.	Saberes tradicionais, governança, bioeconomia.	Pioneiro na discussão de GC indígena e salvaguarda do conhecimento..
PPGIC – Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (UFAM)	Criado com participação da pesquisadora e entrevistada ENTRE 1; foco interdisciplinar.	Interdisciplinaridade, cultura e GC.	Amplia fronteiras epistemológicas e teóricas da GC.
PPGCI – UFPA	Atuação simultânea da pesquisadora (ENTRE 1) fortalece integração UFAM–UFPA.	GC, sustentabilidade, fluxos informacionais.	Reduz assimetrias regionais e fortalece produção científica amazônica.
Redes nacionais / Observatório de Acadêmicos Indígenas	Iniciativa coordenada pela pesquisadora ENTRE 2 em rede multidisciplinar.	Epistemologias indígenas e ciência aberta crítica.	Promove visibilidade e autonomia dos pesquisadores indígenas.

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

4.2.8 Agenda de Pesquisas em Andamento e Futura da GC na Amazônia

A partir das entrevistas e literatura, é possível delinejar uma agenda contemporânea robusta sobre a temática GC no contexto amazônico.

A agenda de pesquisas em GC na Amazônia tem como ponto de partida os estudos sobre GC indígena e proteção intelectual. Como destacado nos estudos de Fonseca (2024) que estuda a modelagem conceitual de GC indígena e estudos de Gebara, et.al., (2023) que trata de análises sobre bioepistemicídio e o Observatório nacional da produção indígena.

A pesquisadora ENTRE 1 destaca como agenda as pesquisas de GC, fluxos de informação e mudanças climáticas. De acordo com a pesquisadora ENTRE 1 esta em andamento a pesquisa sobre desinformação climática e resiliência organizacional frente aos efeitos ambientais na Amazônia.

Estudos de Castro; Zucarelli, (2021) tratam da governança informacional integrada. Focados na construção de sistemas que unam dados científicos, socioambientais e tradicionais.

Por outro lado, Cardoso; Pimenta (2019) discutem a GC e bioeconomia/sociobioeconomia ao desenvolverem estudos sobre cadeias produtivas da sociobiodiversidade e tecnologias sociais.

Por fim, estudos como de Correa, *et al.* (2023) colocam na agenda de pesquisa a GC em organizações públicas na Amazônia. Contribuindo com esta agenda Cunha; Meirelles, (2022) tratam de mecanismos de inovação para políticas públicas no contexto amazônico.

Sintetizando a agenda atual e futura de pesquisa em GC na Amazônia o quadro 12 apresenta os fundamentos para compreensão e fundamentação dos estudos.

Quadro 12 – Agenda Atual e Futura de Pesquisas em GC na Amazônia

Linha de Pesquisa	Pesquisadores / Evidências	Desdobramentos Científicos
GC Indígena	A pesquisadora ENTRE 2 relata que a formação de uma rede de pesquisadores é fundamental para fortalecer as pesquisas no contexto amazônico; Reforça a necessidade de investigar modelos epistemológicos.	Modelos conceituais (Fonseca, 2024) e proteção intelectual.
Desinformação Climática	A pesquisadora ENTRE 1 coordena estudos sobre fluxos informacionais.	Articulação GC-clima; tomada de decisão baseada em evidências.
Bioeconomia e tecnologias sociais	Pesquisas sobre Pimenta Baniwa e cadeias sustentáveis.	Integração GC-inovação territorial (EMBRAPA, 2023).
Governança da informação	Projetos de repositório integrado e tesouros amazônicos.	Ecossistemas de conhecimento (Bellini, 2025).

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

4.2.9 Convergências Entre Entrevistas e Teorias de GC

A GC consolidou-se como campo estratégico para organizações privadas, públicas e sociais desde os anos 1990. Autores como Davenport e Prusak (1998), Nonaka; Takeuchi (2008) e Choo (2006) estabeleceram marcos teóricos que definem o conhecimento como ativo organizacional essencial para inovação, vantagem competitiva e aprendizagem contínua.

Entretanto, ao analisar contextos específicos especialmente a Amazônia, marcada por diversidade sociocultural, saberes tradicionais, cosmologias próprias, ecossistemas complexos e dinâmicas territoriais singulares observa-se que os modelos clássicos não dão conta integralmente da realidade. É nesse ponto que emergem contribuições fundamentais das entrevistas realizadas com Prof. Dr. Célia Regina Simonetti Barbalho e Prof. Dr. Danielly Oliveira Inomata, pesquisadoras pioneiras na interface entre GC, Amazônia e saberes tradicionais.

A pesquisadora (ENTRE2) ressalta que, no caso dos povos indígenas e de outras comunidades amazônicas, é necessário “desconstruir absolutamente todos os conceitos [tradicionais] de gestão do conhecimento”, dada a forma como o conhecimento circula, é compartilhado e protegido nesses contextos. Por outro lado, a pesquisadora ENTRE 1, por sua vez, destaca que a GC amazônica deve incorporar valores, saberes e práticas contextualizadas, integrando sustentabilidade, missão institucional e territorialidade.

Este capítulo aprofunda essas convergências, articulando-as com as conclusões da Revisão Integrada da Literatura sobre GC na Amazônia (2000–2025), elaborada pelo projeto de pesquisa ao qual este trabalho se vincula. Assim, o objetivo central é demonstrar como entrevistas e teorias se complementam, tensionam e geram novos entendimentos sobre GC no contexto amazônico.

A convergências entre entrevistas e teorias da GC aponta a GC como prática social e cultural. Tanto a literatura quanto as entrevistadas convergem para a ideia de que o conhecimento é socialmente construído. Brown e Duguid (2001) afirmam que GC deve ser compreendida como prática social, não como mero processo técnico. Esse entendimento aparece fortemente nas falas da pesquisadora ENTRE 2.

A pesquisadora ENTRE 2 destaca que “A socialização [entre indígenas] é muito mais ampla. Ela ocorre pelos ritos, pelas danças, pela convivência cotidiana.”. A pesquisadora ENTRE 1 complementa que, nas organizações amazônicas, a GC depende da incorporação dos valores regionais à cultura organizacional. Assim afirma: “Pensar gestão do conhecimento na Amazônia é incorporar valores e saberes à cultura das organizações.”

Quadro 13 – Convergências Teóricas e Empíricas entre Entrevistas e Clássicos da GC

Dimensão	Teorias clássicas	Entrevista – ENTRE 2	Entrevista – ENTRE 1	Convergência
Natureza do conhecimento	Tácito e explícito (Nonaka; Polanyi)	Conhecimento indígena é majoritariamente tácito e não externalizável	Conhecimento deve incorporar valores regionais	Conhecimento é social e contextual
Socialização	Interação e aprendizado	Rituais, danças, convivência ampliada	Cultura organizacional amazônica	Socialização ampliada
GC como estratégia	Inovação e vantagem	Salvaguarda e proteção cultural	Sustentabilidade e ODS	GC como prática socioterritorial
Gestão pública	Papel moderado	GC em bibliotecas	GC em universidades e órgãos públicos	Expansão do campo da GC

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

O conhecimento tradicional desafia o modelo SECI. A literatura clássica pressupõe que o conhecimento tende a ser transformado em explícito para fins de gestão. Entretanto, a ENTRE 2 esclarece: “Eles não têm preocupação em transformar o conhecimento tácito em explícito”. Essa afirmação converge com Berkes (2015) e Battiste (2019), que defendem que o conhecimento indígena é holístico, contextual e não redutível a registros formais.

As entrevistas convergem com literatura recente que vincula GC e sustentabilidade (LEITE; BAPTISTA, 2019). A pesquisadora ENTRE 1 enfatiza: “Nossas pesquisas têm relação direta com os ODS, especialmente sustentabilidade, mudanças climáticas e resiliência organizacional.”

Essa perspectiva dialoga com autores que destacam a Amazônia como ecossistema essencial para equilíbrio climático global (Artaxo, 2019; Brondizio *et al.*, 2016).

A pesquisadora ENTRE 1 afirma que grande parte de sua produção científica envolve GC na gestão pública, especialmente universidades e órgãos de pesquisa. “Temos muitos projetos voltados para gestão do conhecimento em organizações públicas, incluindo maturidade organizacional e inovação.”

A literatura confirma a lacuna histórica de estudos sobre GC em instituições públicas da Amazônia (Alfenas *et al.*, 2021; Batista; Quandt, 2015).

A GC contribui para preservação de saberes e continuidade geracional. Neste sentido, a ENTRE 2, relata a implementação de GC no Sistema de Bibliotecas da UFAM para evitar perda de conhecimento crítico com aposentadorias: “Várias pessoas tinham domínio do conhecimento do sistema e isso poderia se perder.”

Davenport; Prusak (1998) já enfatizavam a importância da retenção do conhecimento organizacional, mas no contexto amazônico essa dimensão adquire contornos mais urgentes devido às assimetrias regionais enfatizada pela ENTRE 2.

Quadro 14 – Convergências entre Entrevistas e Teorias de GC

Conceito	Entrevista ENTRE 2	Entrevista ENTRE 1	Literatura
Conhecimento tácito	Saberes indígenas não se convertem facilmente em explícitos; são protegidos culturalmente.	GC deve reconhecer territorialidades e subjetividades.	Polanyi (1966); Nonaka; Takeuchi (2008).
GC e sustentabilidade	GC aplicada à proteção de saberes tradicionais.	Projetos alinhados aos ODS e à resiliência climática.	Barbosa; Schneider (2015); Geraldo; Pinto (2019).
Inovação social	Cadeias produtivas tradicionais como tecnologias sociais.	GC como motor de práticas inovadoras sustentáveis.	Fleury <i>et al.</i> (2019); D'Ávila (2020).

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

4.3 ANÁLISE DOCUMENTAL DE RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS, DIRETRIZES INSTITUCIONAIS E MARCOS REGULADORES DA AMAZÔNIA

A análise de relatórios governamentais, diretrizes institucionais e documentos normativos permitiu aprofundar a compreensão sobre as políticas que orientam o desenvolvimento amazônico e sua relação com a GC. Foram examinados documentos técnicos de órgãos federais e estaduais vinculados à gestão territorial, socioambiental e ao desenvolvimento regional, incluindo relatórios de monitoramento ambiental, planos estratégicos de desenvolvimento sustentável e instrumentos de planejamento territorial. Também foram analisadas políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação — especialmente aquelas voltadas à promoção de dados abertos, à proteção de

conhecimentos tradicionais e ao estímulo à inovação sustentável as quais compõem o arcabouço normativo para práticas de GC no contexto amazônico.

Adicionalmente, foram considerados marcos regulatórios e normativas referentes à salvaguarda de saberes tradicionais, incluindo diretrizes relacionadas aos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, com ênfase nos mecanismos de repartição de benefícios, acesso ao patrimônio genético e governança compartilhada do conhecimento. Documentos institucionais de órgãos como BNDES, MCTI, CNPq, IBAMA e organizações indígenas também foram incluídos, uma vez que apresentam orientações estratégicas, programas de fomento e projetos estruturantes em execução na região.

Essa análise documental possibilitou identificar diretrizes-chave, atores institucionais envolvidos, fragilidades normativas e lacunas estruturais que afetam diretamente a implementação de práticas de GC na Amazônia. Entre os principais desafios identificados destacam-se: a baixa interoperabilidade entre sistemas de informação governamentais; a fragmentação de iniciativas de produção e circulação de conhecimento; a insuficiente articulação interinstitucional; e a limitada participação social nos processos decisórios. Tais elementos reforçam a necessidade de modelos de governança colaborativa e de políticas robustas de gestão e abertura de dados que fortaleçam a integração entre ciência, saberes tradicionais e inovação sustentável na região.

Foram examinados relatórios oriundos de instituições federais e estaduais responsáveis pela gestão territorial, ambiental e pelo desenvolvimento regional, incluindo:

- Planos Diretores e Zoneamentos Econômico-Ecológicos (ZEE) estaduais;
- Relatórios de monitoramento ambiental do IBAMA e ICMBio;
- Planos estratégicos de desenvolvimento sustentável vinculados à SUDAM e ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional;
- Relatórios de avaliação de políticas de bioeconomia e cadeias produtivas amazônicas.

Esses documentos fornecem um panorama do uso de dados socioambientais, da infraestrutura de informação territorial e dos desafios de governança compartilhada, fundamentais para a GC.

Também foram analisadas normativas e diretrizes das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) especialmente as relacionadas a:

- abertura e interoperabilidade de dados (Política de Dados Abertos do Governo Federal);
- proteção e uso sustentável do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais (Lei nº 13.123/2015);
- estímulo à pesquisa aplicada em bioeconomia;

- governança digital e integração de sistemas informacionais.

Estas políticas são diretamente relacionadas à capacidade de produzir, gerenciar e compartilhar conhecimento de forma estratégica.

A análise incluiu marcos normativos como:

- Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado (SisGen);
- Diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB);
- Normativas de direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais (FUNAI, Convenção 169 da OIT);
- Protocolos comunitários de consulta e consentimento prévio.

Esses instrumentos regulam o uso, o reconhecimento e a proteção de conhecimentos tradicionais — um elemento essencial da GC na Amazônia.

Foram analisados ainda documentos institucionais de:

- BNDES (fundos para bioeconomia, editais de inovação e recursos para cadeias produtivas sustentáveis);
- CNPq (chamadas de pesquisa, bolsas para saberes tradicionais, INCTs voltados à Amazônia);
- MCTI (Estratégia Nacional de Inovação, Política Nacional de Ciência Aberta);
- IBAMA e ICMBio (gestão de unidades de conservação e políticas de dados ambientais);
- Organizações indígenas (protocolos de consulta, planos de gestão territorial e ambiental – PGTAs).

Esses documentos revelam como instituições distintas produzem e circulam conhecimento, com graus variados de integração.

Quadro 16 - Atores institucionais e suas funções na GC da Amazônia

Atores	Funções principais	Contribuições à GC	Fragilidades identificadas
MCTI / CNPq / CAPES	Formulação de políticas de CT&I; fomento à pesquisa	Produção científica, redes de pesquisa, infraestrutura de dados	Baixa integração com saberes tradicionais; fragmentação entre bases
BNDES / Finep	Fomento econômico e tecnológico	Apoio à inovação sustentável e bioeconomia	Poucas ações integradas à governança territorial
IBAMA / ICMBio	Fiscalização e gestão ambiental	Grandes bases de dados ambientais	Sistemas não interoperáveis com universidades e organizações locais

SUDAM / Governos estaduais	Planejamento regional	Planos territoriais e socioeconômicos	Falta de padronização informacional e mecanismos de GC
Organizações indígenas	Gestão territorial, defesa de direitos	Protocolos de consulta e salvaguarda de saberes	Pouca integração aos sistemas governamentais
Universidades / INCTs	Pesquisa e formação	Produção e difusão científica	Dificuldade de acessar dados governamentais atualizados

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A GC na Amazônia se apresenta como uma ferramenta crucial para o desenvolvimento sustentável, capaz de integrar saberes tradicionais e científicos, fortalecer a governança local e promover a inovação. O fortalecimento dessas práticas contribui para a preservação da biodiversidade e melhoria das condições socioeconômicas das comunidades amazônicas.

O contexto amazônico por sua vasta biodiversidade e diversidade cultural, enfrenta desafios complexos que exigem abordagens inovadoras para promover o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a GC surge como uma ferramenta estratégica para integrar saberes tradicionais e científicos, fortalecer a governança local e impulsionar soluções adaptativas frente às mudanças climáticas e pressões socioambientais buscando o desenvolvimento sustentável e comprometidos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

A GC na Amazônia é fundamental para a construção de soluções sustentáveis que respeitem a diversidade cultural e ambiental da região. Integrar saberes tradicionais e científicos, fortalecer a governança local e promover a inovação são passos essenciais para garantir um futuro sustentável para a Amazônia e seus povos.

A GC na Amazônia representa um caminho estratégico para integrar ciência, tecnologia e saberes tradicionais em prol de um modelo de desenvolvimento sustentável e inovador. A valorização da diversidade cognitiva e a criação de redes colaborativas são fundamentais para que o conhecimento produzido na região contribua efetivamente com soluções globais para desafios ambientais, sociais e econômicos.

Quando aplicada de forma ética e intercultural, a GC, pode fortalecer a valorização dos saberes tradicionais da Amazônia, promovendo justiça cognitiva e sustentabilidade. A articulação entre conhecimento científico e tradicional requer mediações institucionais, políticas e culturais, que respeitem os direitos das comunidades e reconheçam a pluralidade epistêmica.

A preservação desses saberes não é apenas uma questão de memória, mas de sobrevivência ambiental e cultural. Assim, integrar a GC à proteção dos saberes tradicionais representa um caminho promissor para o futuro da Amazônia e da humanidade.

Entre os principais desafios estão a assimetria de poder entre os atores sociais e o risco de apropriação indevida do conhecimento tradicional. A implementação de políticas de proteção e reconhecimento de direitos intelectuais coletivos é indispensável. Além disso, a GC na Amazônia deve apoiar-se em princípios éticos, colaborativos e interculturais, que reconheçam a diversidade epistemológica e fortaleçam a autonomia dos povos locais (Barreto; Freitas, 2020).

O avanço das tecnologias da informação e comunicação pode potencializar o compartilhamento e a integração de conhecimentos, mas requer infraestrutura adequada e mediação cultural para evitar exclusões (Moraes; Nascimento, 2021; Menezes; Rodrigues, 2023).

A GC na Amazônia representa um campo fértil para a inovação social e ambiental. Os diálogos de conhecimento entre saberes locais e científicos constituem pilares essenciais para uma governança participativa e sustentável. Assim, a integração de práticas de GC pode contribuir não apenas para o fortalecimento das políticas públicas, mas também para a valorização da diversidade cultural e a proteção da floresta e de seus povos.

A Amazônia apresenta desafios complexos, mas também oportunidades únicas para a implementação de estratégias de inovação e sustentabilidade. A integração entre bioeconomia, tecnologia, conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico inclusivo é fundamental para garantir a preservação do bioma e o bem-estar das populações locais. Políticas públicas robustas, investimentos em pesquisa e a participação ativa das comunidades são essenciais para transformar potencial em resultados concretos e duradouros.

A GC no contexto amazônico configura-se como um campo desafiador, porém estratégico para o desenvolvimento sustentável e para a valorização dos saberes locais. A integração de práticas de GC científica e tradicional exige modelos adaptados, que respeitem a pluralidade cultural, a coletividade do conhecimento indígena e as especificidades institucionais da região.

A literatura evidencia que a GC pode servir não apenas como ferramenta de organização e difusão do conhecimento, mas também como instrumento de inovação social, tecnológica e ambiental. A Amazônia, portanto, não deve ser vista apenas como objeto de estudo ou fonte de recursos naturais, mas como espaço estratégico de produção de conhecimento plural, ético e sustentável, capaz de contribuir para políticas regionais e globais de ciência, tecnologia e inovação.

A aplicação da GC na Amazônia tem se mostrado essencial para fortalecer a inclusão social e a sustentabilidade regional. Segundo Brito, Lima e Oliveira (2016), práticas de GC em cooperativas de crédito nos estados de Rondônia, Acre e Amazonas permitiram a disseminação de conhecimento para comunidades locais, ampliando oportunidades de desenvolvimento socioeconômico.

Estudos como o de Brito *et al.* (2016) analisam as práticas de GC em cooperativas de crédito nos estados de Rondônia, Acre e Amazonas, destacando a importância da disseminação do conhecimento para a inclusão social e a distribuição de renda na região.

Além disso, projetos de ciência cidadã, como o ForestEyes, utilizam ferramentas de GC para monitorar o desmatamento e gerar dados em tempo real, permitindo a tomada de decisão mais eficiente por gestores públicos e privados (Silva *et al.*, 2022).

A GC é compreendida como o processo sistemático de criação, armazenamento, compartilhamento e uso do conhecimento para gerar valor e inovação (Davenport; Prusak, 1998). No contexto territorial, especialmente em regiões como a Amazônia, a gestão de conhecimento precisa ir além dos modelos corporativos tradicionais, incorporando dimensões socioculturais, ambientais e culturais (Martins; Silva, 2019).

Os principais desafios para a GC na Amazônia envolvem a falta de infraestrutura tecnológica, conectividade limitada, escassez de políticas de incentivo e a dificuldade de reconhecimento jurídico dos conhecimentos tradicionais. Contudo, há perspectivas promissoras com o avanço da transformação digital, a expansão de redes de pesquisa e o fortalecimento da bioeconomia (Menezes; Rodrigues, 2023).

A articulação entre GC e ODS representa um caminho promissor para o desenvolvimento sustentável, principalmente em regiões megadiversas e socioculturalmente ricas como a Amazônia. A partir das entrevistas analisadas, observa-se que Para Barbalho, a GC amazônica exige marcos conceituais alternativos e respeito às cosmologias dos povos originários, desconstruindo modelos clássicos. Para Inomata, a GC na Amazônia deve integrar saberes, sustentabilidade e missão organizacional, fortalecendo instituições e inovando em práticas sociais e ambientais.

Assim, a Agenda de Pesquisas em GC deve ser plural, ética, inclusiva e territorialmente situada, contribuindo para enfrentar desafios globais e regionais, e consolidando a GC como instrumento para a transformação social e ambiental em alinhamento aos ODS.

A GC no contexto amazônico constitui hoje um campo singular, que exige descolonização epistemológica, respeito às territorialidades, integração entre ciência e tradição e fortalecimento de estruturas de governança. Mais do que adaptar modelos clássicos, é necessário criar novos paradigmas que refletem a complexidade da região, como defendem Célia e Danielly em suas trajetórias e produções.

A convergência entre saberes tradicionais e científicos, tecnologias sociais, bioeconomia e governança informacional aponta para um futuro em que a GC poderá contribuir de forma decisiva para a sustentabilidade da Amazônia cognitiva, cultural, ambiental e política.

A bibliometria realizada aponta para um campo promissor e em consolidação: a GC na Amazônia articula-se hoje a temas centrais da agenda socioambiental (bioeconomia, governança, saberes tradicionais e inovação digital). Entretanto, há necessidade urgente de modelos metodológicos sensíveis, métricas aplicáveis e protocolos éticos para que a GC contribua de forma justa e sustentável para o desenvolvimento regional e a proteção dos patrimônios epistemológicos amazônicos.

A literatura analisada demonstra que a GC na Amazônia: a) é emergente, interdisciplinar e politicamente situada; b) exige articulação entre ciência e epistemologias tradicionais; c) está profundamente ligada à governança ambiental, à bioeconomia e à justiça cognitiva; e d) requer modelos conceituais próprios, eticamente sustentáveis e digitalmente integrados.

Como defendem Escobar (2016), Santos (2018) e Leff (2021) e o futuro da região depende de abordagens pós-descoloniais, capazes de respeitar os modos amazônicos de produzir conhecimento.

Este estudo apresenta algumas limitações que podem ser observadas nos resultados como: a) Muitos estudos são qualitativos, com foco em casos específicos ou comunidades restritas, o que pode dificultar generalizações; b) a disponibilidade de dados públicos, modelos validados ou métricas específicas de “Gestão do Conhecimento” no contexto amazônico ainda é limitada; c) a implementação prática de modelos de GC adaptados à Amazônia encontra barreiras logísticas, culturais e financeiras muitos estudos apontam os desafios, mas menos ainda mostram modelos amplamente implementados e avaliados com dados quantitativos robustos; e d) Existe o risco de aplicar modelos importados sem adaptação ao contexto amazônico, o que pode levar a falhas de adequação ou rejeição local.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da bolsa de Pós-Doutorado no Exterior a um dos pesquisadores autores deste estudo e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Universidade Católica de Brasília, ao Programa Institucional de Apoio à Pesquisa da UEMG (PAPq/UEMG) ao Instituto Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal de Rondônia.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais. Rio de Janeiro: FASE, 2015.
- AGRAWAL, A. Indigenous knowledge and the politics of classification. *International Social Science Journal*, v. 54, n. 173, p. 287-297, 2002.
- AJANI, A. Integrating RFID technology into indigenous knowledge systems after COVID-19. *Open Journals Nigeria*, v. 9, n. 1, p. 91–106, 2023.
- ALAVI, M.; LEIDNER, D. E. Knowledge management and knowledge management systems: conceptual foundations and research issues. *MIS Quarterly*, v. 25, n. 1, p. 107-136, 2001.
- ALFENAS, R. A. S.; SANTOS, C. S.; DIAS, D. C. S.; ARAÚJO, V. G. B.; SILVA, D. V. F. M. R. GC nas organizações públicas brasileiras: revisão e bibliometria de obras no período de 2008 a 2017. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 72, n. 2, p. 452-478, 2021.
- ALIGNING traditional knowledge and digital innovation for sustainability. *International Journal of Sustainable Development*, v. 32, n. 2, p. 115-132, 2025.
- ALMEIDA, A. W. B. Territórios e identidades coletivas: os povos indígenas e seus saberes tradicionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 85, p. 85-102, 2014.
- ALMEIDA, Anna Cristina; SZWARCWALD, Leonor Maria. Vulnerabilidade socioambiental na Amazônia e políticas de desenvolvimento sustentável. *Cadernos Metrópole*, v. 22, n. 47, p. 225-248, 2020.
- ALVES, T. C. V. et al. Conhecimento tradicional associado aos produtos da sociobiodiversidade em comunidade amazônica. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 7, e353381122, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.35338.
- ANGELONI, M. T. (org.). Organizações do conhecimento: infraestrutura, pessoas e tecnologias. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ANTI, S. L. Preserving traditional knowledge in the digital age. *Synergize: Sociosphere Journal*, 2025. Disponível em: <https://synergizejournal.org>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- ANTI, S. L. Preserving traditional knowledge in the digital age. *Synergize: Sociosphere Journal*, v. 4, n. 1, 2025.
- ARAÚJO, L. L. da Costa. Reinventando o olhar da educação do campo a partir do diálogo com os saberes ancestrais: uma leitura sob o enfoque das Epistemologias do Sul. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 2025.
- ARGULIS, Sergio. Causas do desmatamento da Amazônia brasileira. *Cadernos do Banco Mundial*, n. 2, p. 1-78, 2003.
- ARRETO, M. C.; BRASIL, L. A. GC e comunidades tradicionais: perspectivas de valorização e proteção do saber local. *Revista de Estudos Amazônicos*, v. 13, n. 2, p. 87–105, 2021.

ARRUDA FILHO, E. J. M. Technology perspectives and innovative scenarios applied in the Amazon region. Revista de Administração Contemporânea, 2019.

ARTAXO, Paulo. Uma nova agenda para a Amazônia: desafios e oportunidades. Estudos Avançados, v. 33, n. 96, p. 5-22, 2019.

ARTAXO, Paulo. Working together for Amazonian sustainability. Science, v. 373, n. 6554, p. 723–724, 2021.

ARVANITIDIS, C. et al. Science, technology and innovation in support of the UN SDGs. Research Ideas and Outcomes (RIO Journal), v. 10, 2024.

ARVANITIDIS, C. et al. Science, technology and innovation in support of the UN SDGs. Research Ideas and Outcomes (RIO Journal), v. 10, 2024.

ASSAD, L. Amazônia acumula conhecimento científico fundamental para o planeta. Ciência; Cultura, v. 74, n. 2, 2022.

BARBALHO, C. R. S. Os saberes tradicionais, produção científica e inovações na Amazônia. Informação; Informação, Londrina, v. 27, n. 1, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/47273/48797>. Acesso em: 29 nov. 2025.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti et al. GC tradicional indígena e políticas públicas: análise da produção científica de colaborações e temáticas relacionadas. In: ENCONTRO NA-CIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. Anais [...]. Aracaju: UFS, 2023. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/2023/1120>. Acesso em: 9 fev. 2025.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti, INOMATA, Danielly Oliveira, Fernandes, Tatiana Brandão. Sustentabilidade informacional em ecossistemas de conhecimentos. Manaus: Edua, 2021.

BARBOSA, R. R.; SCHNEIDER, H. GC e sustentabilidade informacional nas organizações. Revista ACB, v. 20, n. 3, p. 435-454, 2015.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARLOW, Jos et al. The future of hyperdiverse tropical ecosystems. Nature, v. 559, p. 517–526, 2018.

BARRETO, M.; FREITAS, C. Governança e saberes tradicionais na Amazônia: desafios da sustentabilidade. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, v. 8, n. 2, p. 45-60, 2020.

BATISTA, A. P.; FARÍAS, G. B. de. GC e popularização da ciência: análise das relações entre os fluxos do processo de comunicação. Transinformação, v. 35, 2023.

BATISTA, F. F. GC simplificada: respostas diretas a perguntas importantes para uma aprendizagem mais fácil. Brasília: IPEA, 2023.

BATISTA, F. F. GC simplificada: respostas diretas a perguntas importantes para uma aprendizagem mais fácil. Brasília: IPEA, 2023.

BATISTA, F. F.; QUANDT, C. GC na administração pública: resultados da pesquisa Ipea 2014 – práticas de GC. Brasília: IPEA, 2015.

BATISTA, F.; QUANDT, C. O. Conhecimento, inovação e competitividade: reflexões sobre práticas organizacionais. Revista de Administração Contemporânea, v. 20, n. 5, p. 567-586, 2016.

BATTISTE, M. Enabling the Indigenous Renaissance: Indigenous knowledge and decolonization. Canadian Journal of Native Education, v. 41, n. 1, p. 7-19, 2019.

BAWACK, R. E. Digital platforms and Indigenous knowledge: challenges and opportunities. Journal of Indigenous Information Systems, v. 7, n. 1, p. 1-20, 2025.

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Estudos Avançados, v. 16, n. 45, p. 71-86, 2002.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BELINSKI, R.; MARTINS, J. Interface GC e Aprendizagem Organizacional: uma revisão de literatura. Revista P2P; Inovação, v. 6, 2020.

BELLINI, N.; RAGLIANTI, R. Knowledge ecosystem integration in digital transformation: a framework. Journal of Knowledge Management, 2025.

BELLINI, N.; RAGLIANTI, R. Knowledge ecosystem integration in digital transformation. Journal of Knowledge Management, v. 29, n. 3, p. 455-470, 2025.

BENTES-GAMA, M. M. Sustentabilidade e vulnerabilidade na Amazônia: desafios contemporâneos. Revista de Estudos Sociais, v. 14, n. 28, p. 35-52, 2012.

BERKES, Fikret. Sacred Ecology. 4. ed. New York: Routledge, 2015.

BERNARD, H. R.; JORGENSEN, D. Indigenous knowledge and collaborative research frameworks. Human Organization, v. 81, n. 2, p. 143-156, 2022.

BIOECONOMIA DA RESTAURAÇÃO. Bioeconomia da restauração: estratégias para a Amazônia. Aliança pela Restauração na Amazônia, 2024.

BIOECONOMIA da Restauração. Bioeconomia da restauração: estratégias para a Amazônia. Aliança pela Restauração na Amazônia, 2024.

BORKO, H. Information science: what is it? American Documentation, v. 19, n. 1, p. 3–5, 1968.

BORNMANN, L.; DANIEL, H. D. What do citation counts measure? A review of studies on citing behavior. Journal of Documentation, v. 64, n. 1, p. 45–80, 2008.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 9, n. 1, p. 121–136, 2011.

BRAGA, J. A. Inovação digital e gestão de saberes na Amazônia. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 59, n. 2, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: CNS, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético... Brasília: Congresso Nacional, 2015.

BRASIL. Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. Brasília: MPOG, 2016.

IBAMA. Relatório de Monitoramento Ambiental 2022. Brasília: IBAMA, 2022.

ICMBio. Panorama da Gestão de Unidades de Conservação. Brasília: ICMBio, 2023.

MCTI. Estratégia Nacional de Inovação. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2020.

WHITMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 2005.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2023-2030. Brasília: MCTI, 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Brasília, 2016.

BRITO, Edmilson Maria de; ZIVIANI, Fabrício; OLIVEIRA, Josmária Lima Ribeiro de; CHRISTINO, Juliana Maria Magalhães. A GC no contexto amazônico: um estudo em cooperativas de crédito. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 12, n. 2, p. 44–69, maio/ago. 2016.

BRONDÍZIO, E. S. et al. Social–ecological complexity and the future of the Amazon. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 113, n. 39, p. 10721–10728, 2016.

BRONDIZIO, Eduardo S. et al. Social–ecological systems in the Amazon: a life cycle approach. *Ambio*, v. 45, n. 1, p. 154–168, 2016.

BRONDÍZIO, Eduardo; MORAN, Emilio. Human dimensions of climate change in the Amazon: the role of traditional knowledge. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 102, n. 6, p. 1273–1281, 2012.

BROWN, J. S.; DUGUID, P. Knowledge and organization: a social-practice perspective. *Organization Science*, v. 12, n. 2, p. 198–213, 2001.

BURSZTYN, Marcel. Amazônia: desenvolvimento e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

CARDOSO, Ana; PIMENTA, Marcelo. Inovação social e conhecimento colaborativo na Amazônia. Revista Brasileira de Inovação, v. 18, n. 2, p. 75-92, 2019.

CARDOSO, R.; PIMENTA, M. GC em territórios tradicionais. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 15, n. 3, 2019.

CARVALHO, A.; PIRES, M.; RIBEIRO, T. Conhecimento tradicional e inovação social: relações entre comunidades indígenas e instituições de pesquisa no Brasil. Interações, v. 22, n. 4, p. 755-770, 2021.

CASSINO, M. F. et al. Thinking with Amazonian Indigenous Peoples to expand knowledge systems. People and Nature, 2025.

CASTANHA, R. G. O desenvolvimento tecnológico e de inovação em GC: interfaces e implicações para políticas públicas e regionais. Revista Brasileira de Desenvolvimento Científico e Inovação (RBCI), 2025.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Território, biodiversidade e saberes tradicionais na Amazônia. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 12, n. 2, p. 65-80, 2010.

CASTRO, J.; LIMA, R.; ZUCARELLI, M. GC e governança ambiental: perspectivas para a Amazônia. Revista de Políticas Públicas e Sustentabilidade, v. 5, n. 1, p. 22-39, 2021.

CHAVES, M. P. S. R.; BARBOSA, R. I.; CLEMENT, C. R.; et al. Local ecological knowledge concerning the invasion of Amerindian lands in the northern Brazilian Amazon by *Acacia mangium* (Willd.). Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine, v. 14, 2018.

CHOI, C. W. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2006.

CLEMENT, Charles R. et al. The domestication of Amazonia before European conquest. Proceedings of the Royal Society B, v. 282, n. 1812, p. 1-9, 2015.

COOPER, H. The Integrative Research Review: A Systematic Approach. Beverly Hills: Sage, 1988.

CORREA, F. ; CARVALHO, D. B. F. ; FARIA, V. F. ; ZIVIANI, F. ; RIBEIRO, J. S. A. N. . Classifying the Breadth of Knowledge Management Frameworks:towards the conjunctive category. BRAZILIAN JOURNAL OF INFORMATION SCIENCE, v. 18, p. e024026, 2024.

CORREA, F.; FARIA, V. F.; ZIVIANI, F.; CARVALHO, D. B. F.; RIBEIRO, J. S. A. N. Análise de modelos de maturidade de GC. Perspectivas em Gestão; Conhecimento, v. 15, n. 1, p. 0-0, 2025.

CORRÊA, Fábio; ZIVIANI, Fabrício; MUYLDER, Cristiana Fernandes de. A GC rumo a uma abordagem holística: indicação de aspectos a serem contemplados em modelos de gerenciamento do conhecimento. RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 17, p. e019004, 2019. DOI: 10.20396/rdbc.i.v17i0.8652801.

COSTA, K. G. S. Diretrizes para um Modelo de GC no contexto da universidade pública. RASI – Revista de Administração, Sociedade e Inovação, Niterói, v. 8, n. 2, p. 120–138, 2022. Disponível em: <https://www.rasi.vr.uff.br/index.php/rasi/article/download/715/187/2628>. Acesso em: 29 nov. 2025.

COSTA, V. P.; ALMEIDA, M. O. Ecossistemas de inovação amazônicos: conhecimento, território e desenvolvimento sustentável. Revista Brasileira de Inovação, v. 22, 2023.

CUNHA, M. A.; MEIRELLES, F. S. Transformação digital no setor público brasileiro: perspectivas para a GC e inovação. Revista Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, 2022.

CUNHA, M. C. da. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

CUNHA, M. C. da. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

D'ÁVILA, Fabrício; MOREIRA, Juliana. Tecnologias sociais e comunidades amazônicas. Revista Tecnologia; Sociedade, v. 16, n. 40, p. 99–120, 2020.

DAGNINO, Renato. Tecnociência solidária: um modelo alternativo de produção e uso da ciência e tecnologia. Campinas: Unicamp, 2008.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DESCOLA, Philippe. Beyond Nature and Culture. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

DESCOLA, Philippe. In the Society of Nature: a Native Ecology in Amazonia. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2000.

DRUCKER, P. Post-Capitalist Society. New York: HarperCollins, 1993.

EMBRAPA. Bioeconomia inclusiva na Amazônia: estratégias de inovação e GC. Brasília: Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1166898/1/TCC-Gestao-Conhec-Bioeconomia.pdf>. Acesso em: 11 out. 2025.

EMBRAPA. GC para estratégia de inovação em bioeconomia inclusiva na Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2023.

ESCOBAR, Arturo. Sentir-Pensar com a Terra: novos paradigmas do desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016.

FARIA, R. J.; COSTA, L. S. Produção de conhecimento interdisciplinar: um modelo conceitual de GC científico no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar. AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, v. 9, n. 2, p. 88–107, jul./dez. 2020. DOI: 10.5380/atoz.v9i2.67414

FARIAS, J. P. Conhecimento tradicional e governança. UFPA, 2017.

FEARNSIDE, Philip M. Deforestation in Brazilian Amazonia: History, rates, and consequences. Conservation Biology, v. 19, n. 3, p. 680-688, 2005.

FEARNSIDE, Philip M. Governance in Amazonia: learning from past mistakes. Ambiente; Sociedade, v. 21, n. 2, p. 1-13, 2018.

FERNANDES, A. M.; TEIXEIRA, O. de S; GARCIA, E. BARROS; et al. Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Prospecção Científica e Tecnológica. Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science, v. 14, n. 2, p. 225–245, 2025.

FERNANDES, J. S. N.; MOSER, L. Comunidades tradicionais: a formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. Revista Katálysis, v. 24, n. 3, p. 532-541, 2021.

FERREIRA, J.; MENDES, P. Tecnologias de monitoramento ambiental na Amazônia: drones e geotecnologias. Revista de Geociências e Sustentabilidade, v. 12, n. 2, p. 89-104, 2019.

FERREIRA, Leandro V.; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. Estudos Avançados, v. 24, n. 68, p. 157-166, 2010.

FIALHO, Francisco A. P.; BARBOSA, José A.; SANTOS, Marcelo A. Evolução da GC no Brasil: revisão e tendências. Gestão; Planejamento, Salvador, v. 19, n. 3, p. 372–389, 2018. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb>. Acesso em: 29 nov. 2025.

FLEURY, S.; LOBATO, L. V. C.; DANTAS, H. Inovação social e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Revista de Administração Pública, v. 53, n. 2, p. 352-372, 2019.

FONSECA, D. L. de S. Modelos conceituais de GC indígena. Transinformação, Campinas: PUC-Campinas, 2024. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/>. Acesso em: 11 out. 2025.

FONSECA, D. L. S.; SANTOS, J. C. GC e saberes tradicionais: uma proposta de inovação para organizações indígenas. Perspectivas em Gestão; Conhecimento, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 37-56, jan./abr. 2023.

FONSECA, D. L. S.; SANTOS, J. C. GC e saberes tradicionais: uma proposta de inovação para organizações indígenas. Perspectivas em Gestão; Conhecimento, v. 13, n. 1, p. 37-56, jan./abr. 2023.

FONSECA, D. L. S.; ZANINELLI, T. B. A GC e os saberes tradicionais: uma reflexão sobre a economia do conhecimento nos produtos regionais da Amazônia na plataforma Origens Brasil®. Anais do ENANCIB, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/991>. Acesso em: 29 nov. 2025.

FONSECA, D. L. S.; ZANINELLI, T. B. Etnoconhecimento e sistemas africanos de GC indígena: uma análise dos modelos conceituais. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 18, n. 2, 2025.

FONSECA, D. L. S.; ZANINELLI, T. B. Etnoconhecimento e sistemas africanos de GC indígena: análise de modelos conceituais. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 18, n. 2, 2025.

FONSECA, D. L. S.; ZANINELLI, T. B. Modelos conceituais de GC Indígena: uma discussão na Ciência da Informação. *Transinformação*, Campinas, v. 36, 2024.

FONSECA, D. L. S.; ZANINELLI, T. B. Modelos conceituais de GC indígena: uma discussão na Ciência da Informação. *Transinformação*, v. 36, 2024.

FONSECA, Diego Leonardo de Souza; ZANINELLI, Thais Batista e SIMONETTI, Celia Regina Barbalho. Sistemas de Conhecimento Indígena: aspectos conceituais, estruturais e as redes cosmológicas do conhecimento. *Anais... XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB ISSN 2177-3688*, 2024.

FRANCINI, Weber S. A GC: conectando estratégia e valor. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 579–598, jul./ago. 2002. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/rap/article/view/6503>. Acesso em: 29 nov. 2025.

FREIRE, J. M.; LIMA, C. R. GC e sustentabilidade em territórios amazônicos. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 8, n. 2, p. 112–130, 2020.

FREITAS, L.; OLIVEIRA, J. Gestão da informação e salvaguarda de patrimônios imateriais indígenas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, p. 50-72, 2020.

GALVÃO, M. L. et al. Traditional ecological knowledge of mangrove wood use on the Brazilian Amazon coast. *Ethnobiology and Conservation*, v. 13, 2024. DOI: 10.15451/ec2024-01-13.03-1-19.

GEBARA, M. F.; RAMCILOVIC-SUOMINEN, S.; SCHMIDLEHNER, M. F. Indigenous Knowledge in the Amazon's Bioeconomy: Unveiling bioepistemicide through the case of Kambo Medicine. *Forest Policy and Economics*, v. 154, 103012, 2023. DOI: 10.1016/j.forpol.2023.103012.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. de S. Percursos da Ciência da Informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030/ONU. *Revista ACB*, v. 24, n. 2, p. 373-389, 2019.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. S.; DUARTE, E. J. A sustentabilidade informacional pode ser vista como um novo paradigma da Ciência da Informação? *Informação; Informação*, v. 27, n. 4, p. 229-253, 2022.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Rodrigo Valio Dominguez; MARTINS, Manoel Fernando. O Processo de GC: uma pesquisa teórico-conceitual. *Gestão; Produção*, v. 24, n. 2, p. 248–265, 2017.

GOUVÊA, L. B.; OLIVEIRA, S. F. R.; MUNIZ, H. P. Inovação e conhecimento organizacional: um estudo bibliométrico em publicações brasileiras. *Revista Metropolitana de Governança Corporativa*, v. 8, n. 1, p. 1–15, 2022.

HANAZAKI, N. et al. Indigenous and traditional knowledge, sustainable harvest, and the long road ahead to reach the 2020 Global Strategy for Plant Conservation objectives. *Rodriguésia*, v. 69, n. 4, p. 1587-1601, 2018.

JASANOFF, Sheila (ed.). *States of Knowledge: The Co-Production of Science and Social Order*. London: Routledge, 2004.

KLEIN, S. B.; AZEVEDO, S. S.; SILVA, P. B. GC como mecanismo de inovação organizacional: um estudo transdisciplinar. *Brazilian Journal of Management and Innovation (RBGI)*, v. 9, n. 1, p. 74–91, 2021.

KOVACH, M. Indigenous methodologies and knowledge systems. *Qualitative Inquiry*, v. 26, n. 1, p. 50-55, 2020.

LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEFF, Enrique. *Ecologia Política: epistemologias ambientais latino-americanas*. São Paulo: Cortez, 2021.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely Maria de Souza. GC científico: proposta de um modelo conceitual com base em processos de comunicação científica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 92–105, 2007.

LEITE, João Batista; BAPTISTA, Marly Monteiro de Carvalho. GC para sustentabilidade organizacional: uma revisão integrativa. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 8, n. 2, p. 205-223, 2019.

LEVERAGING digital tools for Indigenous knowledge preservation. *Journal of Indigenous Digital Studies*, 2024.

LIMA, C. S. Dinâmicas de conhecimento na Amazônia. UFAM, 2018.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade sociocultural. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005.

LITTLE, Paul E.; BARRETO FILHO, Henyo T. Povos tradicionais e manejo territorial na Amazônia. *Revista de Antropologia*, v. 55, n. 1, p. 89-130, 2012.

LOUREIRO, C. F. B.; ALMEIDA, J. R. Educação ambiental e saberes tradicionais na Amazônia. *Revista da Educação Ambiental*, v. 27, n. 3, p. 45–61, 2022.

MACHADO, F.; CARVALHO, R. Concertação pela Amazônia: integração de saberes e governança participativa. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 9, n. 1, p. 120–136, 2019.

MACHADO, H. P. V. GC: constituição do campo, temas e (re)configurações na literatura brasileira. *Transinformação*, Campinas, v. 32, p. e190062, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/JFQJkmc8XCLDshCPzGHvNMy>. Acesso em: 29 nov. 2025.

MAGALHÃES, Aline Moreira. A propósito da construção de conhecimentos sobre o ecossistema amazônico a partir de uma instituição científica brasileira, *Etnográfica* [Online], 29 (2) | 2025, posto online no dia 29 junho 2025. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/18204>; DOI: <https://doi.org/10.4000/13w7g>

MAINA, C. Information organization in Indigenous knowledge systems. *African Journal of Library and Information Science*, v. 22, n. 1, p. 1-15, 2012.

MARTINS, A. F.; SILVA, R. J. GC e desenvolvimento local: uma abordagem territorial. *Revista de Administração Pública*, v. 53, n. 1, p. 123–144, 2019.

MATHEUS, A. C. C. Os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade amazônica: proteção jurídica e sustentabilidade. *VirtuaJus*, Belo Horizonte, v. 4, n. 6, p. 54-72, 2019.

MATOS, M. A. S.; BARROSO TENAZOR, A. P. B.; LOPES, A. M. S. Amazon Diversity: multiculturalism and the challenges of inclusive education in the Brazil-Colombia-Peru triple border. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 8, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i8.30952

McGREW, L. et al. Protecting Indigenous knowledge in digital environments: governance frameworks for ethical dissemination. *Journal of Information Science*, v. 49, n. 4, p. 567-583, 2023.

MCTI – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES (Brasil). Especialistas apontam soluções para aumentar os avanços tecnológicos na Amazônia. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (Brasil). Especialistas apontam soluções para aumentar os avanços tecnológicos na Amazônia. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MCTI. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. AMAZÔNIA 4.0. Modelos de governança para ciência, tecnologia e inovação na Amazônia. Brasília:, 2025.

MELLO-THÉRY, N. A.; FEARNSIDE, P. M. Dinâmicas territoriais na Amazônia: desafios para políticas públicas. *Cadernos Metrópole*, v. 22, n. 47, p. 807-831, 2020.

MENEZES, P. R.; RODRIGUES, T. S. Transformação digital e bioeconomia na Amazônia: perspectivas para o século XXI. *Revista de Inovação e Sustentabilidade*, v. 6, n. 2, p. 88–103, 2023.

MENEZES, T. Epistemologias amazônicas. UFOPA, 2020.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

MIRANDA, Raizza; SCHWANINGER, Markus; LUCENA, Alvimar; et al. Sustainable Amazon: A Systemic Inquiry with Native Populations. *Sustainability*, v. 15, n. 9, 2023.

MORAES, F.; NASCIMENTO, A. Tecnologias colaborativas e governança digital na Amazônia. *Revista Interdisciplinar de Estudos Amazônicos*, v. 3, n. 2, p. 112-128, 2021.

MOTA, M. H.; FERNANDES, A. M.; ANJOS, F. E. V. GC e cultura organizacional em instituições públicas de saúde. *Revista Gestão; Saúde*, v. 14, n. 1, 2023.

MÜLLER, Isabela Regina Fornari; ARRUDA, Rivaldo de Almeida; VILCHES, Carlos Eduardo; FREIRE, Patrícia de Sá. As etapas de GC: uma revisão da literatura. *Revista Amazônica de Administração*, v. 1, n. 1, 2024. Disponível em:
<https://revistacraam.org/index.php/raa/article/view/1>. Acesso em: 29 nov. 2025.

NAKASHIMA, D. et al. Indigenous knowledge, biodiversity and sustainability. *Science*, v. 367, n. 6478, p. 34-36, 2020.

NASCIMENTO, Sidnei et al. Fragmentação florestal na Amazônia: impactos sobre a biodiversidade e serviços ecossistêmicos. *Acta Amazônica*, v. 45, n. 3, p. 245-258, 2015.

NESSt. Blockchain e rastreabilidade na sociobioeconomia da Amazônia. São Paulo, 2025b.

NESSt. Technology meets traditional knowledge in the Amazon's socio-bioeconomy. NESSt, 2025. Disponível em: <https://www.nesst.org>. Acesso em: 30 nov. 2025.

NESSt. Technology meets traditional knowledge in the Amazon's socio-bioeconomy. São Paulo: NESSt, 2025a. Disponível em: <https://www.nesst.org>. Acesso em: 30 nov. 2025.

NOBRE, C.; SALAZAR, L. O papel da Amazônia no equilíbrio climático global. *Ciência e Ambiente*, v. 10, n. 1, p. 15-27, 2018.

NOBRE, Carlos A.; BORMA, Laura S. ‘Tipping points’ for the Amazon forest. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 1, p. 28–36, 2009.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. GC. São Paulo: Artmed, 2008.

OLIVEIRA, João; SANTOS, Ana; MARTINS, Rui. GC e sustentabilidade ambiental: práticas e impactos em organizações inovadoras. *Revista Portuguesa de Gestão e Ambiente*, v. 29, n. 3, p. 45-62, 2022.

ONU. Transformando Nossa Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: ONU, 2015.

PACHECO, P. P.; YAMAGUCHI, C. K.; MADEIRA, K. A abordagem da GC nas diversas regiões e segmentos do Brasil: estudo bibliométrico. *Anais do SLAEDR*, v. 3, n. 3, 2023.

PADOVANI, B. F. S. de L. Atlas encyclopédico dos saberes tradicionais da Amazônia Amapaense. Ananindeua: Editora Cabana, 2022.

PEREIRA, Alana Deusilan Sester; MACIEIRA, Renan Araújo. A GC como mecanismo de desenvolvimento de capacidades dinâmicas nas organizações. *Pensamento; Realidade*, v. 34, n. 3, p. 92–106, 2020.

PEREIRA, Denise; ESPÍRITO SANTO, Janaína de Paula do (org). *Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas ciências humanas*. 1 ed. Ponta Grossa, PR, Atena, 2020. DOI 10.22533/at.ed.040201908.

PEREIRA, Denise; ESPÍRITO SANTO, Janaína de Paula do (org.). *Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas ciências humanas*. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. E-book. DOI: 10.22533/at.ed.040201908. Disponível em:
<https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/saberes-tradicionais-e-conhecimentos-cientificos-nas-ciencias-humanas>. Acesso em: 30 nov. 2025.

PEREIRA, F.; ANGELONI, M. T. GC e inovação em ambientes digitais. *Perspectivas em Gestão; Conhecimento*, v. 10, n. 2, p. 4-23, 2020.

PEREIRA, N.; FERNANDES, C. Knowledge Management in Health Organizations: A Systematic Literature Review. *Journal of the Knowledge Economy*, 2025.

PINHEIRO, R. F.; ARAÚJO, D. C. Práticas de GC em organizações sociais da Amazônia. *Revista Observatório*, v. 9, n. 4, 2023.

POLANYI, M. *The Tacit Dimension*. Garden City, N.Y.: Doubleday, 1966.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia: encruzilhada civilizatória*. *Revista de Estudos Avançados*, v. 64, p. 123-159, 2006.

REZENDE, Denis Alcides. GC, tecnologias e sustentabilidade: articulações estratégicas em organizações públicas e privadas. *Revista Gestão; Tecnologia*, v. 17, n. 2, p. 5-29, 2017.

RIBEIRO, Rhubens Ewald Moura; LEITE, Vitória Meneses. *Knowledge and sustainability management: Applications and practices in a small business*. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 6, 15359, 2021. DOI:10.33448/rsd-v10i6.15359

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Plataforma digital de gestão da biodiversidade integra ciência e saberes tradicionais. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.rnp.br>. Acesso em: 30 nov. 2025.

RNP – REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA. RNP participa de projeto inédito para unir ciência e saberes tradicionais na gestão da biodiversidade brasileira. 2025. Disponível em: <https://www.rnp.br>. Acesso em: 30 nov. 2025.

ROCHA, A. Saberes tradicionais e transmissão comunitária. *Educação; Sociedade*, v. 40, n. 3, 2019.

RODRIGUES, E.; ALMEIDA, B.; RIBEIRO, F. O papel dos repositórios institucionais na transformação digital da comunicação científica. *Bibliotecas. Anales de Investigación*, v. 17, n. 1, p. 45-60, 2021.

RODRIGUES, Maria; ANGELONI, Maria. GC em instituições públicas. *Revista do Serviço Público*, v. 69, n. 3, p. 421–445, 2018.

ROSENBERG, G.; OHAYON, P.; BATISTA, F. F. GC em organizações públicas de saúde no Brasil: diagnóstico de práticas. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 59, n. 1, p. 43-60, 2008.

SÁ, L. R. F. de; ZIVIANI, F.; MAIA, L. C. G.; PARREIRAS, F. S. GC e gamificação: um estudo sobre a produção científica no Brasil. *Gestão; Aprendizagem*, v. 7, n. 1, p. 46–71, 2018.

SAMPAIO, Tiago Santos; MENEZES, Ana Maria Ferreira. GC científico como síntese interdisciplinar: interfaces teórico-conceituais entre a GC, a comunicação científica e a comunicação organizacional. *Revista Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 16, n. 2, 2021.

SANTOS, A. C. et al. GC no setor público: uma análise bibliométrica na base Scopus. *Revista de Gestão, Ciência e Tecnologia da Informação*, v. 3, n. 1, p. 87–104, 2022.

SANTOS, B. de S. *A ecologia dos saberes*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, B. de S. *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.

SANTOS, B. S.; MENESSES, M. P. *Epistemologias do Sul: saberes indígenas e justiça cognitiva*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 120, p. 5-30, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. São Paulo: Elefante, 2019.

SANTOS, F.; PEREIRA, M. Inovação aberta e políticas públicas para a Amazônia. *Revista de Políticas Públicas Ambientais*, v. 8, n. 1, p. 33-49, 2020.

SANTOS, J. *Amazônia e governança do conhecimento*. Revista Interdisciplinar da Amazônia, 2019.

SANTOS, K. L. C. et al. Saberes tradicionais das pimentas Baniwa: uma análise bibliométrica e patentométrica. *P2P; Inovação*, v. 10, n. 2, 2024.

SANTOS, Kissia Layane Cordeiro dos; BARBALHO, Célia Regina Simonetti; SOUZA, Cleiton Mota de; NASCIMENTO, Mateus Rebouças; PEREIRA, Sammy Aquino. Saberes tradicionais das pimentas Baniwa: uma análise bibliométrica e patentométrica. P2P; Inovação, v. 10, n. 2, e6885, 2024. DOI: 10.21728/p2p.2024v10n2e-6885. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6885>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SANTOS, L. P.; COSTA, M. E. Desafios da GC em territórios periféricos: o caso amazônico. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 17, n. 1, p. 215–233, 2021.

SANTOS, R. S. dos. Metodologia da pesquisa científica: fundamentos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, Rosa Ibiapina dos; RODRIGUES, Ariane Vitória; LACERDA, Milena Augusta Moraes; OLIVEIRA, Luciana Maria de. Gestão em conhecimento e a cultura do aprendizado: participação social entre local e global para os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) na Amazônia. Revista Gestão em Conhecimento, ano 11, 2023. DOI:10.56798/RGC-11-2023-17

SCHMITZ, C. et al. Bioeconomia amazônica: estratégias e inovação tecnológica. Revista de Ciência e Tecnologia da Amazônia, v. 5, n. 2, p. 77-92, 2020.

SCHOTT, Johan; STEINMUELLER, W. E. Amazônia como espaço de inovação social e tecnológica: um modelo conceitual para políticas de CT&I. Revista FT, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/amazonia-como-espaco-de-inovacao-social-e-tecnologica-um-modelo-conceitual-para-politicas-de-cti-propriedade-intelectual-como-politica-de-protacao-de-conhecimento/>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SELL, C. L.; GREGORI, I. C. S. Conhecimentos tradicionais e biodiversidade: uma perspectiva a partir do patrimônio cultural. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, Macapá, n. 10, p. 57-68, 2018. DOI: 10.18468/planetaamazonia.2018n10.p57-68.

SILVA, Ana Paula; BITTENCOURT, Ana Claudia. Saberes tradicionais e inovação social: aproximações possíveis. Revista Brasileira de Inovação, v. 20, p. 1-26, 2021.

SILVA, C. A. et al. Pressões antrópicas e desafios ambientais na Amazônia. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 10, n. 4, p. 1280-1298, 2017.

SILVA, E. P.; OLIVEIRA, J. R. Saberes tradicionais, biodiversidade e biopirataria na Amazônia: desafios à soberania cognitiva. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 10, n. 3, p. 125–142, 2020.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Emanoel. Práticas de GC em ambientes colaborativos: análise de casos brasileiros. TransInformação, Campinas, v. 25, n. 3, p. 245–258, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SILVA, J.; SANTOS, L.; FERREIRA, R. Ciência cidadã e monitoramento ambiental: ForestEyes na Amazônia. Environmental Monitoring Journal, v. 18, n. 3, p. 112–128, 2022.

SILVA, L.; GOMES, H. GC e sustentabilidade amazônica. Revista Gestão; Tecnologia, 2021.

SILVA, R. T. da; LIMA, L. A. de O.; SILVA, R. D. da. Transformação digital, desenvolvimento e desafios sociais no contexto da Indústria 4.0. Revista DCS, v. 22, n. 83, 2025.

SILVA, R.; BARRETO, M. S. GC em comunidades tradicionais: práticas de preservação cultural em aldeias brasileiras. Cadernos de Gestão Social, v. 11, n. 3, p. 45-63, 2020.

SMITH, L. T. Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples. 2. ed. London: Zed Books, 2012.

SMITH, L. T. Decolonizing methodologies: research and Indigenous peoples. 2. ed. London: Zed Books, 2012.

SOUSA, L. L.; BARROS, T. H. B.; GOMES, N. F. Estudo bibliométrico sobre GC em bibliotecas universitárias na Amazônia. Revista de Informação e Comunicação do IFBA, Salvador, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/>. Acesso em: 11 out. 2025.

SOUZA, Letícia M.; CORRÊA, Fabiano Maury. GC e desempenho organizacional: estudo em empresas intensivas em conhecimento. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 394–410, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v20i3.3945>.
Acesso em: 29 nov. 2025.

SOUZA, P.; CARVALHO, T.; MENDES, R. Diálogo de saberes e governança comunitária na Amazônia. Cadernos de Gestão e Desenvolvimento Sustentável, v. 6, n. 3, p. 80-96, 2022.

SOUZA, R. M.; GOMES, E. Políticas de salvaguarda e gestão de conhecimentos tradicionais no Brasil. Ciência da Informação, v. 48, n. 1, p. 142-160, 2019.

STEEVES, C. Digital technology and indigenous knowledge. 2015. Disponível em: <https://blogs.ubc.ca/steevesc/files/2015/06/Digital-Technology-and-Indigenous-Knowledge.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

STEEVES, C. Digital technology and Indigenous knowledge. Vancouver: The University of British Columbia, 2015. Disponível em: <https://blogs.ubc.ca/steevesc/files/2015/06/Digital-Technology-and-Indigenous-Knowledge.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

STEWART, T. Intellectual Capital. New York: Doubleday, 1997.

STRADIOTO, Luciana; FRAZZON, Enzo Morosini. Digital transformation in Brazilian industry: bridging theory and practice. Production, vol. 33, 2023.

SVEIBY, Karl-Erik. A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios do conhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TARTAROTTI, R. C. D. E. Representação temática em repositórios institucionais de bibliotecas universitárias. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 21, p. 1–22, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbc>. Acesso em: 29 nov. 2025.

TEIXEIRA, I. L. GC no setor público: barreiras culturais e desafios organizacionais. Revista de Administração Pública, v. 54, n. 2, p. 268-289, 2020.

TERRA, J. C. C. GC: o grande desafio empresarial. São Paulo: Negócio Editora, 2005.

TERRA, José Cláudio Cyrineu. GC: o grande desafio empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal. São Paulo: SENAC, 2009.

TORRACO, R. J. Writing integrative literature reviews. *Human Resource Development Review*, v. 4, n. 3, 2005.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management*, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management*, v. 14, n. 3, p. 207–222, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Diversidade de conhecimento, proteção aos povos e territórios e autonomia são as principais demandas relacionadas à ciência e tecnologia nos Diálogos Amazônicos. 2023. Disponível em: <https://www.ufpa.br>. Acesso em: 30 nov. 2025.

UFPA – Universidade Federal do Pará. Diversidade de conhecimento, proteção aos povos e territórios e autonomia: demandas para ciência e tecnologia nos Diálogos Amazônicos. Belém, 2023.

VALENTIM, M. L. P. (org.). Gestão, mediação e uso da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica; São Paulo: Editora UNESP, 2010.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). Gestão, mediação e uso da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica; São Paulo: Editora UNESP, 2010.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação e GC em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 1, n. 1, 2008.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação e GC em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 1, n. 1, 2008.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da ciência da informação. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.

VERÍSSIMO, Adalberto et al. Áreas prioritárias para conservação na Amazônia. Relatório Técnico do Imazon, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

WALSH, J. P.; UNGSON, G. R. Organizational memory. *Academy of Management Review*, v. 16, n. 1, p. 57-91, 1991.

WEITZEL, S. R. et al. Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória e preservação. *Repositório FEBAB*, 2021. Disponível em: <https://repositorio.febab.org.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

WENGER, E. *Communities of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, 2005.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005.

WIIG, K. Knowledge Management: An Introduction and Perspective. *Journal of Knowledge Management*, 1997.

WIIG, K. M. *Knowledge Management Foundations: Thinking how people and organizations create, represent, and use knowledge*. Arlington: Schema, 1993.

WIKEPENA, A. et al. Indigenous knowledge systems and community-based archives: frameworks for preservation and access. *Archival Science*, v. 21, n. 2, p. 145-168, 2021.

YANAI, A.E., BARBALHO, C. R. S., NASCIMENTO, M. R., PEREIRA, S. A. A contribuição do acesso aberto para o desenvolvimento tecnológico na Amazônia. *CIENCIA DA INFORMACAO*, 2024a.

YANAI, Angela Emi, BARBALHO, Célia Regina Simonetti, SOUZA, Cleiton Mota de, INOMATA, Danielly Oliveira, REMIGIO, Leonardo Gomes, MACIEL, Raquel Santos. GC indígena: elementos métricos para uma revisão de escopo. *Anais... Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria*, 2024b.

YU, Q.; Aslam, S.; MURAD, M.; WANG, J.; SYED, N. The Impact of Knowledge Management Process and Intellectual Capital on Entrepreneurial Orientation and Innovation. *Frontiers in Psychology*, v. 13, 2022.

ZIVIANI, F., MAIRESSE, A. C. P., PEDROSO, S. L., ALMEIDA, T. B. Mapeamento das práticas de GC em organizações prestadoras de serviços de tecnologia da informação. *PERSPECTIVAS EM GESTÃO; CONHECIMENTO*, v. 14, p. 141-160, 2024.

ZIVIANI, F., SILVA, A. F., GONCALVES, C. A., MELO, F. F., ANJOS, P. C., ARAUJO, R. A. S., BARRETO, A. C., OLIVEIRA, S. A. Compartilhamento do conhecimento e os objetivos de desenvolvimento sustentável: um olhar dos pesquisadores brasileiros. *ARACÊ - DIREITOS HUMANOS EM REVISTA*, v. 7, p. 1-38, 2025b.

ZIVIANI, F.; CORRÊA, F., MUYLDER, C. A GC rumo a uma abordagem holística. *Revista Brasileira de Ciência da Informação (RDBCi)*, v. 17, 1-28. Campinas SP. 2019.
<https://doi.org/10.20396/rdbc.i.v17i0.8652801>

ZIVIANI, F.; FONSECA, K. N. ; FERREIRA, R. C. ; TOLENTINO, R. S. S. . A relação da GC com o desempenho organizacional sob a percepção dos empreendedores de startups de tecnologia da informação. *CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ONLINE)*, v. 54, p. 1-26, 2025a.

ZIVIANI, F.; MAIRESSE, A. C. P.; PEDROSO, S. L.; ALMEIDA, T. B. Mapeamento das práticas de GC em organizações prestadoras de serviços de tecnologia da informação. *Perspectivas em Gestão; Conhecimento*, v. 14, n. 1, p. 0-0, 2024.